



ASPECTOS ACADÊMICOS

Documento Base – Subsídios para discussão

Refleta Planeje Interaja Pratique Apareça



Plano de Desenvolvimento Institucional Universidade Federal de São Carlos

**Prof. Dr. Oswaldo Baptista Duarte Filho
Reitor**

**Prof. Dr. Romeu Cardozo Rocha Filho
Vice-reitor**

Grupo de Trabalho Aspectos Acadêmicos

Prof.^a Dr.^a Nancy Vinagre Fonseca de Almeida (coordenadora)

Prof. Dr. Amadeu J. M. Logarezzi

Prof. Dr. Carlos Alberto Olivieri

Prof.^a Dr.^a Itacy Salgado Basso

Prof. Dr. Pedro Ferreira Filho

Prof. Dr. Pedro Manoel Galetti Junior

Prof. Dr. Roberto Tomasi

Prof.^a Dr.^a Maria Helena Antunes de Oliveira e Souza

www.ufscar.br/pdi2002



Índice

1. Apresentação.....	06
2. Introdução.....	06
2.1 Um pouco da história da UFSCar.....	06
2.1 Novos desafios.....	08
3. Ensino.....	08
3.1 Criação e implantação de cursos.....	08
3.2 Melhoria da qualidade de ensino.....	12
3.3 Acesso dos alunos aos cursos.....	15
3.4 Permanência dos alunos nos cursos.....	16
4. Pesquisa.....	16
5. Extensão.....	18
Roteiro de questões para reflexão, discussão e proposições relacionadas aos aspectos acadêmicos.....	23

1. Apresentação

A Universidade Federal de São Carlos vem se dispondo, no processo contínuo de sua autoconstrução, a aperfeiçoar e consolidar seus processos democráticos de decisão, buscando instrumentos cada vez mais qualificados para analisar, acompanhar, avaliar e propor ações que sejam compatíveis com o papel que a instituição deve desempenhar na sociedade.

Acreditando ser possível gerir a Universidade “de forma planejada, participativa e sustentável” e envolvendo-se nesse processo de constante aperfeiçoamento é que a atual administração está fazendo a proposta de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Pretende-se, com a elaboração do PDI de forma coletiva, definir as principais diretrizes para o futuro da UFSCar que deverão orientar as ações administrativas desta e das próximas gestões. O preparo desse plano exigirá uma cuidadosa reflexão sobre as possibilidades e prioridades da Universidade e um esforço de planejamento, visando a coerência com as opções realizadas e a convergência das atividades no sentido de potencializar a qualidade dos resultados buscados. Quatro aspectos principais – que se entrelaçam e informam mutuamente – serão objeto de análise e decisão: acadêmicos (ensino, pesquisa e extensão), organizacionais, físicos e ambientais.

Este documento, que trata especificamente dos aspectos acadêmicos, foi construído com o objetivo de oferecer um conjunto de informações sobre o processo de construção desta Universidade de modo a subsidiar a discussão sobre eles. Procurou-se dar uma idéia global da evolução das questões acadêmicas na Universidade, desde sua implantação, bem como levantar alguns problemas existentes nas várias áreas.

Um elenco de temas e questões está sendo apresentado à comunidade para ser objeto de reflexão, discussão e proposições. Esse elenco poderá ser ampliado, se necessário.

A expectativa é que a comunidade se organize para refletir e discutir sobre tais temas e questões, a fim de que possa participar de modo mais efetivo dos eventos nos quais serão levantadas as diretrizes referentes aos aspectos acadêmicos.

Sua participação é essencial!

2. Introdução

2.1 Um pouco da história da UFSCar¹

A Universidade Federal de São Carlos, ao nascer, não era detentora de um projeto de universidade bem definido e orgânico, na medida em que atendia a interesses particular-

¹Os aspectos históricos mencionados foram extraídos do livro “Universidade, Fundação e Autoritarismo – o caso da UFSCar”, de Valdemar Sguissardi (Editora da UFSCar, 1993).

mente políticos e empresariais. É uma instituição que nasce na época do regime ditatorial – 1968 – e, como não poderia deixar de ser, sofre as marcas daquele tempo.

Embora não tenham sido elaborados documentos diretores para a Universidade em seu início, o que somente passou a acontecer a partir da gestão 1988-92, publicações do final da década de 60, em especial o documento “Termos de Referência para o Projeto de Implantação da Universidade Federal de São Carlos”, de 23 de junho de 1969, enfatizam o papel que a Universidade deveria exercer no campo científico-tecnológico, atuando de forma criadora no processo de responder à demanda social por uma tecnologia de ponta, autônoma, com o cunho da multidisciplinaridade, seja desenvolvendo pesquisa; seja oferecendo cursos de extensão, procurando interagir com o complexo industrial avançado; seja formando profissionais com qualificação nos níveis de mestrado e doutorado. Chegou-se a cogitar a hipótese da implantação somente de cursos de pós-graduação. A outra linha marcante nas diretrizes era a predisposição para atuar, de modo decisivo, na formação de professores do ensino secundário e superior, principalmente na área de ciências básicas.

No que se refere a ensino, em diferentes documentos é possível verificar a preocupação em inovar, bem como em não criar cursos que se sobrepusessem aos existentes na Universidade de São Paulo – campus São Carlos. Cursos que se mostrassem importantes e viessem a ser criados numa mesma área deveriam apresentar enfoques diferentes.

A garantia de qualidade de ensino era assumida como diretamente proporcional à qualificação tanto do pessoal docente como técnico-administrativo, visão que se manteve até os dias atuais na Universidade.

Decisões tomadas no início da Universidade deixaram marcas profundas em sua vida acadêmica. Até hoje, permanece a pretensão de se criar uma universidade pioneira em muitos sentidos, que possa servir de exemplo a outras instituições. Muitas de suas mais importantes linhas de trabalho definiram-se naquela época. O alto índice de qualificação acadêmica e a contratação da quase totalidade de seus docentes em regime de tempo integral e dedicação exclusiva são resultado da manutenção das diretrizes estabelecidas, no começo da Universidade, para contratação de seu pessoal.

A competência acadêmica e seriedade profissional dos que assumiram a tarefa de construir uma universidade, “pequena, mas de alta qualidade”, permitiram, também, a implantação gradual e sucessiva de práticas democráticas de decisão, superando o autoritarismo reinante numa fase de sua história.

Quando os planos de gestão passaram a ser elaborados com a participação da comunidade universitária, incorporaram a perspectiva que foi delineando-se ao longo do tempo: a construção de uma Universidade “plurifuncional, competente, democrática, crítica e eficiente”. Seus horizontes gradativamente alargaram-se na busca da atuação em outras áreas que não as escolhidas de início, e na intenção de atingir os vários segmentos da sociedade e não preferencialmente aquele vinculado ao complexo industrial avançado. Transparece nos planos o entendimento de que a **produção de conhecimento** é a base de sustentação de todas as atividades da Universidade.

Mesmo reconhecendo o grande progresso da UFSCar, particularmente o resultante das duas últimas décadas, há que se considerar que ela ainda tem muito a avançar, principalmente se considerarmos as grandes transformações do mundo contemporâneo. Isto, por si só, nos aponta para a necessidade de a comunidade acadêmica voltar-se à constante busca de identificação dos caminhos a serem trilhados e das ações a serem realizadas para que a UFSCar coloque-se à frente no contínuo processo de produção de conhecimento e capacitação para atender aos atuais e aos futuros desafios que se apresentam às universidades brasileiras, e para que continue a se destacar por sua competência acadêmico-científica, seu compromisso social e sua prática cada dia mais democrática. É com essa perspectiva que ora se apresenta à comunidade o desafio de construção de seu futuro.

2.2 Novos desafios

É possível dizer que, em muitos sentidos, os desafios que se colocam para a UFSCar neste início de século são os desafios de toda universidade pública. As exigências são cada vez maiores no sentido de que as universidades qualifiquem-se de forma mais intensa como interferentes diretas do desenvolvimento econômico e social. Como a comunidade acadêmica da UFSCar se manifesta perante esses desafios?

A UFSCar tem conseguido, de um modo geral, aliar a busca da alta qualificação e competência acadêmico-profissional com o exercício de importantes níveis de democratização, de crítica interna e social responsável e de comprometimento com o caráter essencialmente público da universidade, tanto pela origem estatal de seus recursos quanto pela destinação social de sua produção.

É imprescindível que essas diretrizes político-acadêmicas, construídas pela UFSCar com tanta participação e determinação coletivas, permaneçam e sejam aperfeiçoadas como sua marca registrada. Somente o avanço nessa direção garantirá à UFSCar o cumprimento de seu mais eminente papel social. A construção conjunta de um Plano de Desenvolvimento para a instituição constitui-se em momento ímpar para o “olhar para si mesmo” e, a partir daí, levando em consideração as demandas da sociedade, identificar as condições que permitirão melhorar ainda mais a instituição.

3. Ensino

3.1 Criação e implantação de cursos

A ousadia em procurar inovar na criação dos cursos persistiu como uma característica da UFSCar ao longo de sua história, por exemplo, em seu início, criando o Curso de Engenharia de Materiais ou, mais recentemente, os de Engenharia de Produção Agro-industrial ou Engenharia Física.

Além de manter o compromisso de não sobrepor seus cursos aos da USP/São Carlos, essa decisão se amplia em relação às outras instituições públicas da região. Mesmo cursos oferecidos por outras instituições, como os de Engenharia Civil, iniciado na década de 70, ou Psicologia, da década de 90, têm propostas pedagógicas bastante diferenciadas daquelas de seus congêneres na cidade/região.

Houve, ainda, a criação de cursos a partir de demanda de parcela organizada da sociedade. Isto ocorreu particularmente no caso da absorção dos cursos da Fundação Educacional São Carlos, vinculada à Prefeitura Municipal. Eles foram incorporados, mas seus projetos pedagógicos foram rediscutidos e seus docentes submetidos a concurso público para contratação. Esses cursos são dos de Biblioteconomia e Ciência da Informação e Educação Física e Motricidade Humana.

A demanda por cursos noturnos também partiu da comunidade externa à Universidade, mas o atendimento a esse anseio antigo da sociedade somente pôde se concretizar parcialmente quando a SESu/MEC deu o seu apoio para que tal ocorresse.

Na gestão 1988-92 da Reitoria, foi realizada, pela Fundação Educacional para o Desenvolvimento da Educação (FDE), uma pesquisa de demanda pelos cursos noturnos da Universidade. Tal pesquisa revelou um interesse significativo por vários cursos, repetindo em grande parte as prioridades de interesse manifestas para os cursos diurnos.

A criação de parte dos cursos da Universidade somente foi possível otimizando os recursos materiais e de pessoal em parte já existentes, pois a UFSCar, enquanto instituição federal, depende, de um lado da política e de recursos governamentais para crescer e, de outro, da conjuntura e da política da própria instituição. Alguns cursos em áreas básicas foram projetados por departamentos ou grupos de docentes que se constituíram inicialmente para atender a outros cursos. Destaque deve ser dado ao Curso de Engenharia Agrônômica, que foi criado e implantado como decorrência da incorporação, em 1991, do Programa Nacional de Melhoria Genética da Cana-de-Açúcar – Planalçúcar. Com a incorporação desse centro de pesquisa na área agrícola no município de Araras, a UFSCar, além de aumentar seu patrimônio, passou a contar com mais pesquisadores altamente qualificados.

Uma interferência marcante da política interna da Universidade na expansão do ensino de graduação se deu no caso dos cursos mais recentes do Centro de Educação e Ciências Humanas, procurando sanar o desequilíbrio que se estabeleceu no decorrer do tempo entre as áreas, fruto em grande parte do privilégio inicial dado pela Universidade à área científico-tecnológica.

Os cursos implantados até 1978 foram aprovados pelo Conselho de Curadores, com base em suas grades curriculares, e analisados, a partir de 1974, pela Câmara de Graduação. Aqueles criados a partir da década de 90 já apresentaram projetos pedagógicos e, antes de sua aprovação, foram submetidos a várias instâncias de avaliação (colegiados dos Centros envolvidos, Câmara de Graduação, Conselho de Ensino e Pesquisa, Conselho Universitário), tendo sido realizados em alguns casos debates públicos a respeito. A relação dos cursos e suas respectivas datas de criação estão na Tabela 1. Nela pode-se observar que, no período 1978 a 1990, não foi criado nenhum curso.

Tabela 1 – ANO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS DA UFSCar

Cursos	Criado	Implantado	Extinto	Reconhecido	Aut. ConsUni
Engenharia de Materiais	1969	1970	-	1975	
Ciências 1º Grau	1969	1970	1974	1973	
Pedagogia	1970	1971	-	1974	
Química – Licenciatura Plena	1970	1971	-	1974	
Química – Bacharelado*	1976	1976	-		
Química – Licenciatura (Noturno)*	1999	2000	-		1999
Física – Licenciatura Plena	1970	1971	-	1974	
Física – Bacharelado*	1970	1978	-		
Ciências Biológicas – Lic. Plena	1971	1972	-	1976	
Ciências Biológicas – Bach.*	1973	1975	-		
Ciência da Computação – Bach.	1973	1975	-	1980	
Matemática – Licenciatura Plena	1973	1975	-	1978	
Matemática – Bacharelado*	1973	1978	-		
Processamento de Dados	1973	1974	1986	1977	
Eng. de Produção – Materiais	1976	1976	-	1982	
Eng. de Produção – Química	1976	1976	-	1982	
Engenharia Química	1976	1976	-	1982	
Estatística – Bacharelado	1976	1976	-	1982	
Enfermagem e Obstetrícia	1976	1977	-	1980	
Engenharia Civil	1977	1978	-	1984	
Terapia Ocupacional	1977	1978	-	1983	
Fisioterapia	1977	1978	-	1983	
Ciências Sociais	1990	1991	-	1996	
Engenharia de Computação	1992	1992	-	1998	
Engenharia Prod. Agroindustrial	1993	1993	-	1998	
Engenharia Agrônômica	1993	1993	-		1993
Biblioteconomia e Ciência da Informação	1994	1994	-	2001	
Educação Física e Motricidade Humana	1994	1994	-	2001	
Psicologia – Bach. e Bach. Clínico	1994	1994	-	1997	
Imagem e Som	1995	1996	-		1995
Lic. em Letras: Língua Inglesa	1995	1996	-		2001
Lic. em Letras: Língua Espanhola	1995	1996	-	2001	
Matemática – Lic. e Bach. (Not.)*	1995	1996	-		1995
Engenharia Física	1999	2000	-		1999

*Reconhecimento não necessário.

Na década de 90, como referido anteriormente, fatores conjunturais externos favoráveis associaram-se à vontade política interna de expansão do ensino de graduação e permitiram que novos cursos fossem criados. Com essa criação, houve aumento e melhoria da infra-estrutura física, dos recursos materiais, dos serviços e de pessoal, mas não na medida desejável. Permanecem problemas sérios a serem superados.

A **pós-graduação** demorou seis anos para ser implantada na UFSCar mas, quando isto ocorreu, foi com bastante determinação e apoio institucional. Em 1976, foram abertos os programas de Ecologia e Recursos Naturais (mestrado e doutorado) e Educação (mestrado – Pesquisa Educacional e Planejamento de Ensino), este em convênio com a Fundação Carlos Chagas, de São Paulo. Em 1978, foi criado o Programa de Educação Especial (mestrado – Educação de Deficientes Mentais). Como resultado da evolução das demais áreas, outros cursos foram sendo criados (Tabela 2).

Os **cursos de extensão** ocorreram durante toda história da UFSCar, como se percebe pelos seus documentos iniciais e pelas atas das reuniões da Câmara de Extensão responsável pela sua aprovação.

A definição interna do limite desejável para o crescimento das atividades de graduação, pós-graduação e extensão está por ser feita.

Tabela 2: DATAS DE INICIO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Programa	Mestrado		Doutorado	
	Recom. Capes	Data de funcionamento	Recom. Capes	Data de funcionamento
Educação Especial	21/03/85	01/03/78	23/08/99	01/03/00
Filosofia e Met. da Ciência	01/06/88	01/08/88	26/10/01	07/03/02
Ciências Sociais	10/11/88	01/08/87	09/09/99	01/03/00
Educação	03/08/82	01/03/76	01/03/91	01/03/91
Fisioterapia	19/12/96	01/03/97	17/12/01	30/04/02*
Genética e Evolução	06/03/91	06/03/91	06/03/91	06/03/91
Ciências Fisiológicas	17/12/92	01/03/93	21/12/98	01/03/99
Ecologia e Rec. Naturais	12/06/80	01/03/76	27/02/85	01/03/76
Ciência da Computação	12/07/86	08/07/88	—	—
Ciência e Eng. de Materiais	21/12/79	21/12/79	02/05/88	14/04/88
Construção Civil	27/04/01	25/02/02	—	—
Eng. de Produção	22/09/92	03/09/92	21/12/98	01/03/99
Eng. Química	23/02/88	01/08/82	12/03/90	09/03/90
Eng. Urbana	18/07/95	01/08/95	—	—
Estatística	02/10/98	01/03/97	—	—
Física	10/11/88	01/08/88	20/12/90	20/12/90
Matemática	04/12/91	01/08/87	19/12/96	01/03/97
Química	02/07/85	01/08/80	14/04/88	01/03/88

* A data de inicio do semestre ainda não está definida

3.2 Melhoria da qualidade de ensino

Para apresentar aspectos relacionados à melhoria do **ensino de graduação**, convém lembrar que a Câmara de Graduação já funcionava como órgão provisório desde 1974, embora os colegiados superiores só tenham sido implantados efetivamente em outubro de 1978. As decisões da Câmara de Graduação precisavam ser homologadas pelo Conselho de Curadores.

Na década de 80, as câmaras do Conselho de Ensino e Pesquisa e o próprio Conselho estavam em pleno funcionamento e a Câmara de Graduação iniciou análises mais profundas sobre o ensino de graduação. Além da discussão de uma série de normas para o funcionamento dos cursos e da realização de adequações deles à legislação vigente, três medidas de caráter geral marcaram a atuação desse colegiado nesse período: a implantação do Regimento da Coordenação de Curso de Graduação (ATO n.º 001/81-SOC, de 15/01/81), a redução do número de créditos obrigatórios dos cursos e a constituição de uma comissão para analisar os currículos dos cursos de graduação.

Ainda na década de 80, como trabalhos/dissertações de mestrado de docentes ou grupos de docentes, foram realizadas avaliações tanto no âmbito dos cursos como das disciplinas. Os cursos de Enfermagem, Engenharia de Materiais, Engenharia de Produção e Química foram os que mais se envolveram nessas avaliações. Ao final da década, a Câmara de Graduação tinha uma proposta para avaliação institucional dos cursos, que não chegou a ser posta em prática.

No que se refere ao ensino da graduação, desde 1988, vêm sendo ampliadas as ações institucionalmente coordenadas na tentativa de fortalecê-lo e dinamizá-lo, bem como de melhorar as condições infra-estruturais (biblioteca, salas de aula, laboratórios etc.) e outras de naturezas diversas (alimentação, transporte, moradia).

Várias experiências de avaliação foram realizadas ao longo dos anos, culminando com a mais recente e mais ampla dentro do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Tais avaliações identificaram vários problemas, em sua maioria recorrentes e de natureza didático-pedagógica. Entre eles está a resistência ao trabalho integrado no empreendimento necessariamente coletivo de formar pessoas através dos cursos. A não criação de condições suficientes para que os alunos, ao lado da aquisição de conhecimentos, desenvolvam competências/habilidades/atitudes necessárias à sua atuação profissional é outro exemplo. Outro ainda, entre muitos, é a dificuldade de, no dia-a-dia do desenrolar dos cursos, adotar práticas compatíveis com o princípio amplamente defendido da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Uma das queixas mais frequentes dos alunos no processo de avaliação do PAIUB refere-se ao desempenho didático-pedagógico de vários docentes, que permanece como um problema a ser enfrentado, para que se possa garantir um ensino de alta qualidade a todos os alunos. Providências encaminhadas nesse sentido, na forma de cursos/debates, não foram bem sucedidas.

Sempre tomando como referência avaliações feitas, medidas foram encaminhadas no sentido de superar os problemas existentes. Mais recentemente, foram estabelecidas as

“Diretrizes gerais para criação/reformulação dos cursos de graduação na Universidade Federal de São Carlos” (Parecer CaG nº 171/98, de 24/03/98, aprovado pelo CEPE em 23/06/98) e foi definido o “Perfil do profissional a ser formado na UFSCar”, em todos os seus cursos.

Enquanto as diretrizes possibilitam ações de ensino mais inovadoras no processo de formação, o perfil do aluno da UFSCar explicita qualificações de diferentes naturezas, não somente científicas, técnicas ou profissionais, mas também filosóficas, éticas e político-sociais, entre outras.

Essas providências, seguidas da aprovação das diretrizes curriculares pelo Conselho Nacional de Educação, levaram a uma mobilização dos cursos para a inovação curricular. É importante mencionar, contudo, que poucos estão em processo adiantado de elaboração de um novo projeto pedagógico; a maioria está no início ou não começou a revisão curricular.

Importante destacar que há experiências curriculares inovadoras em andamento permitindo aos estudantes uma participação constante em projetos e atividades de pesquisa e extensão, nos quais alunos e professores interagem continuamente.

Os programas/atividades especiais foram bastante valorizados(as) no decorrer da história do ensino de graduação da UFSCar. Porém, devido a contingências específicas de cada curso, ou a restrições financeiras, tais programas/atividades não foram desenvolvidos(as) homogeneamente. A instituição tem buscado estimulá-los(as) criando, inclusive, a possibilidade, a partir de 2000, por deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de incorporá-los(as) como atividades curriculares, envidando esforços para a ampliação de seu número.²

A instituição, além dos programas/atividades especiais internos, sempre buscou se envolver com outros propostos pela SESu/MEC, CAPES, CNPq etc. Vários cursos envolveram-se em programas/projetos diversos, como PET/CAPES, PIBIC/CNPq, REENGE/FINEP-CNPq-CAPES, PROIN/CAPES, PROLICEN/SESu-MEC, que acabam sendo importantes para formação dos alunos, mas atingem, em geral, um número reduzido deles e apresentam o problema da descontinuidade.

Além da avaliação dos cursos como unidades organizacionais dentro do PAIUB, já mencionada anteriormente, foi instituída a avaliação das disciplinas pelo Nexos e tem havido um aperfeiçoamento das normas de avaliação do desempenho dos alunos.

No que diz respeito ao **ensino de pós-graduação**, a UFSCar tem apresentado, ao longo do tempo, um significativo crescimento de suas atividades, na maioria das vezes por iniciativa de seu corpo docente. Tem buscado institucionalmente fazer gestões junto aos órgãos financiadores e criar um programa próprio de fomento para enfrentar os problemas relacionados a recursos materiais, sejam bolsas, pró-labores, diárias, investimentos para laboratórios etc. Tem também envidado esforços no aperfeiçoamento da composição do funcionamento dos colegiados afetos à área, no sentido de virem a se

²Parecer CaG 171/98, de 24/03/98, aprovado pelo CEPE em 23/06/98.

constituir em fóruns cada vez mais adequados à análise/discussão dos problemas específicos; na melhoria das normas para capacitação/progressão na carreira dos docentes da instituição; na informatização/centralização de dados sobre os cursos.

A aferição da qualidade dos programas da UFSCar tem sido feita como aquela dos demais programas do país, por meio de relatórios exigidos pelas normas das repartições governamentais. Tais normas são marcadas por uma concepção restrita a uma produtividade quantitativa.

Essas quantificações certamente têm importância na aferição da qualidade, mas não esgotam toda a problemática relativa a ela. A título de exemplo, podemos destacar que o Regimento Geral dos Programas estabelece como objetivos do mestrado “possibilitar ao graduado as condições de desenvolver estudos que demonstrem o domínio dos instrumentos conceituais e metodológicos essenciais em sua área, qualificando-o como pesquisador e docente de nível superior através de trabalhos de investigação e de ensino” e, como objetivos do doutorado, além dos mesmos do mestrado, a produção de “um trabalho de investigação que represente uma contribuição real, original e criativa na sua área de conhecimento” e a demonstração de “qualificação para formar pessoal ao nível de mestrado e doutorado”. É necessário perguntar se esses objetivos estão sendo plenamente atingidos e se são compatíveis com o que será exigido dos formados pelos programas de mestrado e doutorado, no sentido de entendê-los como profissionais quádruplos:

*“um **cientista** (que precisa dominar o conhecimento existente pelo menos em sua área de estudo, assim como o instrumental e os processos de produção de conhecimento), um **professor de nível superior** (que exige a capacitação para integrar conhecimentos de diferentes áreas e tipos e transformá-los em comportamentos a serem ensinados às novas gerações, especialmente de profissionais), um **administrador** (de ciência e tecnologia, de projetos, de programas de ensino, de instituições de portes variados, desde cursos e departamentos até faculdades, universidades etc.) e, finalmente, também por decorrência do tipo de trabalho e de formação necessária para tudo isso, um **especialista** em seu assunto de estudo e, eventualmente, de intervenção.”³*

Medidas de caráter geral para toda a Universidade visando, de forma direta, a melhoria do ensino de pós-graduação estão começando a ser tomadas, ao lado das específicas de cada curso. A implantação do Programa de Estágio Supervisionado de Capacitação Docente (PESCD) é um exemplo. Ele tem sido positivamente avaliado pelos pós-graduandos participantes, embora haja questões a serem resolvidas, por exemplo, quanto ao número de participantes ou à tramitação de documentos. Também nesse Programa têm sido realizadas experiências inovadoras.

³PAVIANI, J. e BOTOMÉ, SP. Acesso à Pós-Graduação. Uma estratégia para desenvolver qualificação institucional de universidade através de mestrados e doutorados descentralizados. *Caxias do Sul: UCS, 1994.*

Propostas de realização de processo avaliativo têm sido feitas na perspectiva de detectar distorções, buscar subsídios para definir rumos a serem seguidos e estabelecer prioridades institucionais, mas não foram ainda concretizadas. A avaliação da pós-graduação realizada como etapa do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB) não foi desenvolvida conforme planejado, ficando restrita à fase, de diagnóstico, em grande parte de caráter quantitativo.

O resultado das avaliações dos cursos da UFSCar pela CAPES, de maneira geral, é bastante satisfatório. Talvez essa visão positiva dos cursos, ao lado do esforço dispendido para satisfazer as exigências externas à instituição relativas à pós-graduação, consumindo tempo que poderia ser investido em outras reflexões, tenham se constituído em óbices para que outras propostas de avaliação já planejadas não tenham ainda se concretizado.

Para a melhoria da qualidade dos **cursos de extensão**, houve a preocupação, no decorrer do tempo, em definir a concepção e os princípios da atuação extensionista (válidos logicamente para as demais atividades); os objetivos dos diferentes tipos de curso (extensão cultural, extensão universitária, aperfeiçoamento profissional, atualização científica, especialização e outros que possam se constituir em instrumentos para o maior acesso ao conhecimento) e as normas para encaminhamento de processos relativos a cursos.

3.3 Acesso dos alunos aos cursos

O **acesso aos cursos de graduação** se deu, ao longo dos anos, mediante realização de exames vestibulares bastante diversificados. Houve modificações com relação à responsabilidade pela sua realização (UFSCar, CEM-CECEA-MAPOFEI, FUVEST, VUNESP), ao período de sua ocorrência (início ou meio do ano), aos critérios (eliminatório-classificatório ou classificatório), à realização em uma ou duas fases, à consideração no desempenho final daquele da segunda fase ou das duas, ao estabelecimento de carreiras ou não, aos pesos atribuídos às provas, entre outras.

Medidas várias foram tomadas no decorrer do tempo visando evitar a ociosidade de vagas. Entre elas podem ser citadas: realização de dois exames seletivos; transformação do vestibular seletivo em classificatório; criação de mecanismos mais ágeis para localização e chamada dos vestibulandos em lista de espera para matriculá-los, em tempo hábil, até o preenchimento de todas as vagas; colocação de vários cursos em carreira única no vestibular ou em carreiras mais específicas para transferências, evitando o uso de certos cursos menos concorridos como trampolim para outros, por meio de transferências intercurros.

O cursinho pré-vestibular tem procurado facilitar o acesso de pessoas mais desfavorecidas social e economicamente, ao mesmo tempo que tem contribuído para uma melhor formação de nossos alunos. A dificuldade de alguns candidatos em se inscrever no vestibular por falta de recursos tem sido enfrentada com a possibilidade de pleito por isenção de taxas. Os alunos do cursinho da UFSCar são todos liberados delas.

O **acesso aos cursos de pós-graduação** e aos de **extensão** tem se dado com o uso de critérios bastante variados.

Para ampliação do acesso a alguns cursos de pós-graduação, têm sido feitas experiências de convênios interinstitucionais, visando sua descentralização.

3.4 Permanência dos alunos nos cursos

As medidas visando diminuir a evasão de alunos, tanto dos cursos de graduação como de pós-graduação, por razões de natureza socioeconômica, têm se constituído na disponibilização de bolsas-alimentação, bolsas-moradia e bolsas-atividade (estas últimas para graduandos apenas).

A evasão por motivos acadêmicos tem sido abordada com medidas e ações tais como: análise do perfil socioeconômico dos alunos dos diferentes cursos e orientação de estudo para alunos com dificuldades.

Há uma diferença expressiva entre o perfil dos alunos ingressantes em cursos que são social e economicamente valorizados e o perfil dos alunos dos cursos que não o são. A melhoria do desempenho dos alunos, entre outras medidas, depende do conhecimento deles pelos seus docentes. Nesse sentido, a partir de 1994, um grupo de pesquisa, coordenado por professores do Departamento de Estatística, vem realizando estudos de caracterização de ingressantes, gerando informações de grande importância para a tomada de decisões e delineamento de ações institucionais. Os dados resultantes desses estudos têm colaborado à reflexão acadêmica, particularmente dos coordenadores de cursos.

Uma preocupação constante da instituição tem sido com os alunos que apresentam algumas dificuldade para dar prosseguimento ao curso escolhido. Em razão disso, houve, no início dos anos 90, a criação da Seção de Orientação Educacional, sob a responsabilidade do Departamento de Educação, extinta na metade da década por não poder contar com docentes que se responsabilizassem pela continuidade do programa. Atualmente vem sendo desenvolvido dentro do Projeto Pró-Estudo, trabalho com finalidade semelhante, sob a coordenação de uma docente do Departamento de Psicologia. Além da orientação individualizada, tem-se procurado dar uma orientação a todos os calouros nesse sentido, utilizando a Agenda do Calouro, a partir de 1998. O trabalho é desenvolvido com apoio institucional, particularmente no que diz respeito à concessão de bolsas.

4. Pesquisa

No quadro atual da pesquisa da UFSCar, são perceptíveis marcantes reflexos de todo o processo de desenvolvimento da instituição, já referido anteriormente em suas linhas gerais. A qualidade e a produtividade atuais da pesquisa vinculam-se certamente a decisões que foram tomadas no decorrer do tempo, tais que: construir uma universidade singular, que pudesse servir de exemplo a outras instituições federais; priorizar o campo científico-tecnológico para atuação inicial; criar cursos de graduação inovadores; adotar uma política de qualificação docente no país e no exterior, chegando, sempre que possí-

vel, ao nível de pós-doutorado; vincular estritamente a progressão na carreira docente à titulação formal; abrir espaços democráticos para facultar à comunidade a participação na definição dos rumos institucionais.

Localizada no interior do Estado de São Paulo, a UFSCar teve na proximidade com a Universidade de São Paulo um fator motivador adicional tanto para a criação de cursos como para o estabelecimento de referenciais de qualidade para o ensino e a pesquisa.

A implantação de determinadas linhas de pesquisa é resultante de uma série de fatores, alguns atuando desde o começo da Universidade e outros posteriormente. A evolução da pesquisa institucional mais do que decorrência pura e simples da titulação dos docentes, ou mesmo da motivação particular deles por determinados direcionamentos ou ainda do estímulo de políticas de prioridade de fomento estabelecidas por agências financiadoras externas, foi fortemente influenciada pela criação dos cursos de graduação. A opção institucional pela criação de certos cursos de graduação foi delineando o estabelecimento de determinadas áreas de conhecimento na UFSCar. Os docentes foram contratados para ministrar as disciplinas, básicas e profissionalizantes, dos cursos criados. As áreas de conhecimento e os perfis profissionais definidos para os cursos tiveram grande influência na escolha das áreas de formação do corpo docente em nível da titulação formal e na estruturação dos departamentos. A implantação dos programas de pós-graduação foi resultado direto da capacitação docente e da consolidação das atividades de pesquisa dentro de cada área de conhecimento.

As atividades de pesquisa na UFSCar foram também influenciadas pelas de extensão, que num primeiro momento estiveram associadas às necessidades da comunidade vinculada ao complexo industrial avançado e à prática profissional dos alunos de graduação, por meio dos estágios curriculares. A influência dessa relação com a sociedade sobre a pesquisa, que ocorre nos futuros campos de atuação profissional dos alunos, não deixa de ser uma maneira adicional de inter-relação entre os cursos de graduação e a pesquisa desenvolvida na Universidade. A partir do início da década de 90, nos projetos e programas institucionais (como os relativos aos Núcleos UFSCar-Empresa, UFSCar-Município, UFSCar-Escola etc. e outros), formaram-se equipes multi-disciplinares para abordar problemas da sociedade não apenas como prestação de serviço, mas como atividade de ensino e de pesquisa básica e tecnológica. Essas atividades passaram então a ser importantes referências para a definição de linhas de pesquisa e de criação de novas áreas interdisciplinares de produção de conhecimento.

O momento em que a Universidade se propõe a discutir o seu futuro é certamente ocasião propícia para fazer um balanço do que já foi feito na área e do que há por fazer.

Há um entendimento generalizado de que a produção de conhecimento é a base de sustentação de todas as atividades da Universidade, devendo estar articulada tanto com as atividades de ensino como as de extensão, garantindo a qualidade diferenciada do fazer acadêmico. A prática cotidiana tem, no entanto, deixado a desejar no que diz respeito a essa indissociabilidade, ficando a sua busca como um desafio diário.

Apesar das afirmações frequentes de que é necessário a Universidade desenvolver uma política de pesquisa, é preciso considerar que em muitos departamentos ela existe e é bastante consolidada. Talvez seja possível avançar na discussão de diretrizes para toda a instituição, abrangendo aspectos outros que não a interferência direta sobre que pesquisa deva ser desenvolvida.

Embora a qualidade e a produtividade da pesquisa na UFSCar, aferida pelos mais diferentes indicadores, particularmente aqueles de caráter mais quantitativo adotados pelos órgãos governamentais, estejam, de uma maneira geral, entre as melhores do país, uma análise mais pormenorizada mostra, entretanto, desníveis nesses indicadores entre as diferentes áreas de conhecimento, conseqüência de suas especificidades, tempo de implantação e priorização diferenciada das agências de fomento. Esses desníveis devem ser enfrentados como desafios ainda por serem vencidos e não assumidos como fatos estabelecidos. Fica claro, então, que mesmo sem a ampliação do número de áreas de atuação, a UFSCar ainda tem potencial de crescimento na produção de conhecimento e na implantação de programas e cursos de pós-graduação. (Ver o documento “Indicadores da Pós-Graduação e Pesquisa da UFSCar”, 2000).

A avaliação da pesquisa utilizando outros elementos, que não os indicadores quantitativos ou qualitativos tradicionais, como a seletividade dos periódicos em que nossas pesquisas são publicadas, está por ser feita. A discussão de nosso papel enquanto instituição pública e das contribuições que podemos dar nas mais diferentes áreas pode nos colocar frente a propostas bastante desafiadoras.

5. Extensão

As atividades de extensão se desenvolveram desde o início da Universidade, como já apontado anteriormente, embora a primeira reunião da atual Câmara de Extensão (CaEx), sob a denominação de Câmara de Extensão de Serviços à Comunidade (CESC), tenha ocorrido apenas em 16/10/78.

Até o final da década de 80, são poucas as diretrizes estabelecidas para as atividades de extensão. Em 1981, passa a vigorar a Sistemática para Instrução e Encaminhamento de Processos de Cursos de Extensão (Ato 015/81-SOC), complementada, em anos subsequentes, por duas resoluções do CEPE (014/85 e 023/86) que regulamentam a cobrança de taxas e a oferta dos cursos. Em 82, por meio do Ato 22/82-SOC tem-se o estabelecimento de normas para convênios universidade/empresa que, apesar do nome, não se restringem apenas às empresas, referindo-se a qualquer acordo firmado entre a Universidade e uma Instituição Contratante que não fosse Órgão Financiador de Pesquisa (FINEP, CNPq etc.). Em complemento a este, o Ato 04/83-SOC estabelece normas para os “serviços universidade-empresa”, entendidos como serviços que, fazendo uso das capacidades já existentes na UFSCar, fossem de curta duração, não justificando um convênio e estabelecendo uma tramitação mais ágil.

Há que se ressaltar, ainda, que nessas normas se prevê que todas as atividades têm de ser inicialmente aprovadas pelas Câmaras Departamentais e que, embora seja facultada a cobrança, se estipula a distribuição dos recursos.

Cabe aqui uma ponderação, pois tanto o nome da Câmara (Extensão de Serviços à Comunidade) como a própria definição das atividades de extensão nos Estatutos e Regimento da UFSCar podem induzir a uma visão bastante restrita (cursos e prestações de serviço), e até mesmo equivocada, do que vem a ser extensão. Não é esta a visão, no entanto, que já se depreende das propostas que são submetidas à CESC a partir de 1978. Durante o ano de 1979, por exemplo, já são submetidas à CESC sete propostas de convênio: um com a EMBRAPA relativo a estágios remunerados para nossos alunos; dois com empresas; dois outros, também na área tecnológica, mas com o Ministério da Indústria e Comércio e com a Comissão de Energia Nuclear; um com a Secretaria Estadual de Educação e o último com a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-SC). Em suma, já se observa um grau razoavelmente efetivo e diversificado de interação da UFSCar com a sociedade, não ficando essa interação restrita à prestação de serviços, mas sim a diferentes atividades de interação com diversos setores da sociedade. A questão da diversidade é também observada nas oito propostas de cursos de extensão que são submetidas naquele ano: um para alunos da UFSCar na área tecnológica, outro para graduados em Ciências e Engenharia, dois para técnicos da UFSCar e comunidade, um para uma empresa, outro na área de microbiologia e, por fim, um na área de humanas.

Embora a análise das atividades de extensão desenvolvidas pela UFSCar ao longo da década de 80 ainda precise de um maior detalhamento, pode-se, sem dúvida alguma, afirmar que a partir de então as atividades se proliferam, com a consolidação dos cursos e departamentos criados na década de 70 e também com o vigoroso processo de capacitação dos docentes da UFSCar.

Há que se ter claro, no entanto, que o patamar alcançado pela UFSCar é fruto não só da qualidade de seus cursos de graduação e pós-graduação e das suas linhas de pesquisa, mas também dos benefícios que a perspectiva da extensão traz tanto para o ensino como para a pesquisa e, portanto, para o papel social da universidade.

No que diz respeito ao ensino, ou melhor, ao processo de ensino-aprendizagem, parece razoável se inferir que nossos professores ao realizarem projetos de extensão ganham uma experiência maior, adquirindo assim condições muito melhores para trabalhar com os alunos; é a prática, em suma, que enriquece o processo de ensino e aprendizagem. Ganham assim nossos alunos com a maior experiência dos nossos professores; ganham, além disso, porque ao se envolverem com as atividades extensionistas adquirem condições não só de avaliar na prática o que estão aprendendo como também de questionar os conteúdos desenvolvidos.

Ganha também a pesquisa não só porque é através da extensão que se testa a adequação dos conhecimentos produzidos às necessidades sociais, dando seqüência ao processo interminável de construção e reconstrução do conhecimento, mas também porque é por meio da extensão que se pode identificar novos, emergentes e socialmente relevantes temas de pesquisa.

Consciente do grande desafio que requer uma revisão profunda da estrutura da universidade para facilitar, ao mesmo tempo, a especialização, entendida aqui como a produção de conhecimento novo e contribuição para a ciência, e a interdisciplinariedade, vista na perspectiva da estruturação dos problemas sociais e da contribuição ao desenvolvimento local e regional, a UFSCar veio ao longo da última década se preparando para enfrentá-lo. Como se sabe, em 1989, são finalmente implantadas as Pró-Reitorias, que criam um espaço mais adequado para a discussão das políticas acadêmicas. Do ponto de vista da extensão, dá-se início à implementação de uma política para o fortalecimento, intensificação e institucionalização das atividades de extensão; e, após um rico período de discussão, a CaEx e o CEPE aprovam a Portaria 220/93 que não só regulamenta, mas também conceitua com muita propriedade o papel da extensão na universidade.

Essa é uma portaria, cabe salientar, que vem sendo utilizada como referência pelo conjunto das universidades públicas brasileiras e que se coaduna com o pensamento contemporâneo. A visão que se estabeleceu e que consta com muita propriedade da Portaria 220/93 é a de que o ensino, a pesquisa e a extensão não são objetivos ou funções da universidade, mas atividades por meio das quais a universidade dá concretude a “seus objetivos de produzir o conhecimento e torná-lo acessível” (art. 2^o). Observe-se que o uso do termo “tornar acessível” reflete uma preocupação em não ser interpretado como a mera disseminação de informações mas, como também consta da portaria, com as atividades relativas à “... apropriação do conhecimento disponível, por todos que compõem a sociedade” (art. 3^o).

Essa visão contemporânea nos leva então a favorecer o movimento da universidade para uma atuação definida institucionalmente, enfatizando também a extensão. Não, no entanto, numa perspectiva de uma terceira função da universidade, mas sim de uma atividade que de forma indissociada do ensino e da pesquisa compromete a universidade não só com a produção de conhecimentos, mas com criação e recriação de conhecimentos que potencializem as transformações sociais. Uma universidade, em suma, onde os conceitos de qualidade, de excelência acadêmica, não se esgotam na produção científica de seus pesquisadores (entendida aqui na sua forma restrita – artigos científicos), mas dependam também da gênese e do destino desse conhecimento.

A extensão, nesse entendimento, para usar a terminologia do Plano Nacional de Extensão, é “...dimensionada como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta”.

É esse conjunto de diretrizes que passam a permear a política de extensão da UFSCar. Instrumentos como os Programas de Apoio às Atividades de Extensão e às Atividades Culturais inserem-se na perspectiva de incrementar a atuação extensionista da UFSCar, em especial nas áreas em que os parceiros, a comunidade ou população alvos não têm capacidade de auxiliar no financiamento dos projetos. Já a implantação dos seis Núcleos de Extensão (Cidadania, Escola, Empresa, Município, Saúde e Sindicato) e a implantação

da metodologia de Programas de Extensão procuram não só estimular e ampliar a proposição de projetos de extensão, mas fomentar uma atuação extensionista como a mencionada acima, ou seja, com objetivos estritamente acadêmicos (ligada ao ensino e à pesquisa), mas também voltada de uma forma plural para os problemas oriundos da nossa sociedade.

Há que se ter claro que, ao se implementar uma política de estímulo à atuação extensionista, corre-se o risco do estímulo às prestações de serviço, de caráter assistencialista ou daquelas que apenas busquem compensações financeiras. Não se trata aqui de abandonar o caráter social da universidade, mas tão somente de reconhecer que a prestação de serviços, como está previsto na Portaria 220/93, só se justifica em situações especiais: “a) for condição para treinamento de alunos na realização de tarefas profissionais; b) for meio para testar técnicas, procedimentos e equipamentos resultantes da produção de conhecimento da Universidade; c) for meio para coletar dados e informações sobre assuntos relacionados ao serviço; d) tal tipo de serviço não existir na comunidade ou, existindo, não for acessível; neste caso, deve ser de duração temporária, até que o serviço esteja disponível e acessível; e) a prestação de serviço for uma condição ou um procedimento para desenvolver uma agência da comunidade para que esta passe a realizar tal prestação de serviços”. Daí a exigência de que, na proposição dos programas e projetos de extensão, os proponentes explicitem os ganhos acadêmicos e sociais esperados, a ligação dos mesmos com suas atividades de ensino e pesquisa e o envolvimento de alunos.

Essa política de fomento à atuação extensionista, ao que parece, tem sido bem sucedida. Afinal, de 1992 para cá o número de projetos de extensão submetidos à CaEx salta de uma centena para cerca de quatrocentos projetos ao ano. Considere-se, além disso, que todos esses projetos são analisados quanto ao mérito pela CaEx, estando de acordo portanto com as diretrizes apresentadas acima. É oportuno aqui observar que, embora o crescimento do número de projetos seja fruto também da Portaria 677/94 que possibilita aos docentes e funcionários envolvidos com a realização de projetos de extensão receberem remuneração, cresce também o número de projetos em que não há remuneração. Cresce não só o número de projetos com parceiros que têm condições financeiras, mas também aquele relativo aos projetos que são auxiliados com recursos ou bolsas para alunos pela CaEx.

Esses recursos, é também importante observar, são oriundos dos Programas de Apoio já mencionados que são financiados com recursos próprios da UFSCar e com recursos do Fundo de Equalização das Atividades de Extensão, criado em 1999 com a Portaria 664/99 que dá nova redação à Portaria 220/93. Essa Portaria, que, na verdade, acrescenta à Portaria 220/93 tanto a Portaria 677/94 como a regulamentação dos Programas de Extensão, ao distinguir os projetos de caráter esporádico dos projetos regularmente inseridos nos Programas, possibilitou que se viabilizasse a concessão de bolsas acadêmicas para os docentes envolvidos em Programas cujos parceiros tivessem capacidade de financiá-las. O compartilhamento dos ganhos advindos dessa possibilidade viabilizou en-

tão a criação do Fundo de Equalização que faz uso de um mecanismo “hobinhoodiano”, uma vez que aplica os recursos oriundos desse compartilhamento em projetos cujos parceiros não têm nenhuma capacidade de financiamento.

Mesmo sendo cada projeto avaliado quanto ao seu mérito acadêmico, há a necessidade de se dar continuidade ao processo de avaliação da atuação extensionista da UFSCar no seu todo. Não obstante os ganhos que desse processo devem advir, a questão a ser colocada agora é a de como avançar no sentido de fazer com que a Extensão se torne parte inquestionável do fazer acadêmico (ensino e pesquisa) de qualidade.

O movimento que o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras vem empreendendo para a consolidação desse novo paradigma propiciou algumas condições bastante favoráveis, cabendo aqui destacar a inclusão no Plano Nacional de Educação de um artigo que prevê a implantação do “...Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior, no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no Ensino Superior no país será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas”; e a criação de uma Comissão Conjunta dos Fóruns de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa, e Extensão para propor diretrizes para a implantação não só desse programa mas das atividades de pesquisa na formação dos alunos das IFES.

Roteiro de questões para reflexão, discussão e proposições relacionadas aos aspectos acadêmicos

Ampliação/consolidação das atividades da UFSCar

1. No decorrer do tempo, a UFSCar expandiu seu ensino de graduação dentro de referenciais previamente definidos. Ela deve continuar ampliando o número de seus cursos/vagas? Em caso positivo, quais devem ser os princípios norteadores dessa expansão? (especificar indicadores do tipo: áreas de conhecimento a serem expandidas, tamanho pretendido para a Universidade etc.)
2. Desde a sua implantação, o ensino de pós-graduação na UFSCar vem se expandindo sistematicamente. É interesse da UFSCar continuar essa expansão? Com que critérios e a partir de quais parâmetros?
3. A Universidade tem se preocupado em melhorar o acesso a seus cursos de graduação. Além do cursinho pré-vestibular e da isenção de taxas para participar do processo seletivo, há necessidade de se adotar outros encaminhamentos? Quais?
4. A UFSCar também tem se preocupado em ampliar o acesso à pós-graduação e uma das alternativas utilizadas por alguns programas é a da realização de convênios com outras Instituições de Ensino Superior. Esse caminho para a expansão deve ser mantido e ampliado? Com que critérios e a partir de quais parâmetros?
5. Um dos assuntos mais polêmicos relacionados à pós-graduação dentro da Universidade Pública é o mestrado profissionalizante. Quais vantagens e desvantagens há em relação a essa modalidade?
6. Quais ações devem ser adotadas pela Instituição a fim de ampliar e consolidar a pesquisa de grupos emergentes?
7. Os Núcleos de Extensão da UFSCar têm desenvolvido nas suas respectivas áreas temáticas um conjunto grande de esforços no sentido de tornar acessível o conhecimento que já é produzido na UFSCar e também de identificar temas relevantes para a produção de novos conhecimentos. O que fazer para ampliar e fortalecer a articulação entre as atividades de pesquisa e extensão e, portanto, o envolvimento da UFSCar na solução de problemas sociais?

8. A educação continuada por meio da oferta de cursos de extensão, aperfeiçoamento, especialização, pós-graduação “lato-sensu” etc. sempre fez parte das atividades desenvolvidas pela UFSCar. No entanto, a Instituição não dispõe de uma política específica de educação continuada, que é atualmente uma demanda concreta da sociedade. Cabe à UFSCar definir uma política específica para esse tipo de atuação? Se sim, quais devem ser suas diretrizes?
9. Algumas IES públicas e privadas têm incluído em sua estrutura Institutos de Educação Continuada, com objetivos tais que: estabelecer possibilidades permanentes de formação e aperfeiçoamento de profissionais considerando as tendências no mundo do trabalho e nos setores científico, tecnológico e econômico; ampliar as fontes de financiamento e fomento junto à organismos públicos e privados, empresas e instituições nacionais e internacionais. Caso a UFSCar decida implantar um Instituto de Educação Continuada em sua estrutura, quais devem ser seus objetivos?
10. Vem crescendo o número de IES que têm utilizado a educação à distância (cursos não presenciais e semipresenciais) como forma de ampliar a sua atuação junto à sociedade. Optando a UFSCar por introduzir essa possibilidade, em que modalidade de cursos/atividades poderia ser utilizada (cursos de graduação, cursos de extensão, atividades específicas de cursos etc.)?

Melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas pela UFSCar

1. A UFSCar tem definidas atualmente suas diretrizes internas para criação/reformulação dos seus cursos de graduação. Tem também estabelecido o perfil que propõe para todos os seus alunos. À medida que o Conselho Nacional de Educação for aprovando as diretrizes curriculares para os vários cursos, que medidas poderão ser tomadas para a aceleração do processo de construção de projetos pedagógicos inovadores para os cursos e sua implantação?
2. Os programas/atividades especiais, particularmente os que permitem a integração das atividades de ensino às de pesquisa e extensão, são avaliados pelos alunos como muito significativos para a sua formação. No entanto, essa participação tem ficado restrita à possibilidade de obtenção de bolsas (IC/PIBIC, Extensão, Treinamento, etc.) e ao voluntarismo. Como incluir nos Projetos Pedagógicos dos cursos a pesquisa e a extensão como parte do processo de ensino e aprendizagem?
3. No perfil do aluno a ser formado pela UFSCar estão previstas várias competências cuja aquisição pode ser considerada fundamental para a formação do profissional necessário frente às exigências do mundo contemporâneo. Quais providências de-

- vem ser adotadas por docentes e discentes para que essas competências sejam adquiridas?
4. Neste documento, no item referente à pós-graduação, destacam-se quais deveriam ser os aspectos definidores do perfil do pós-graduando a ser formado pelas IES. Na UFSCar tem havido uma ênfase diferenciada no desenvolvimento de competências relacionadas ao preparo do cientista em detrimento das demais. Como esse desequilíbrio poderia ser superado?
 5. É possível que a inovação nos currículos dos cursos coloque exigências em relação às condições infra-estruturais para o ensino. Que alterações podem ser previstas nesse contexto?
 6. A UFSCar tem desenvolvido algumas experiências para garantir maior integração entre a graduação e a pós-graduação. Dentre elas podem ser citadas a do PESCD e a do PROIN. Como experiências com tais objetivos podem ser expandidas e aprimoradas?
 7. Na avaliação dos cursos de graduação dentro do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) aparece, ao lado do reconhecimento da competência dos docentes na área específica, o problema da falta de formação didático-pedagógica de grande parte deles. Como esse problema poderia ser solucionado?
 8. Nessa mesma avaliação, a composição e as atribuições das Coordenações de Curso são amplamente aprovadas. Todavia, elas não têm conseguido atender as expectativas no que se refere às questões didático-pedagógicas (elaboração e acompanhamento da implantação dos projetos pedagógicos dos cursos, acompanhamento do rendimento acadêmicos dos alunos etc.). Que soluções podem ser propostas para esse problema?
 9. Um dos problemas identificados que pode interferir na implantação dos projeto dos cursos é o conflito de atribuições entre departamentos (chefias/conselhos departamentais) e coordenações de cursos (presidência das coordenações/conselhos de curso). São várias as situações em que coordenadores de curso assumem tarefas que são da responsabilidade dos departamentos, tais como o encaminhamento de fichas de oferta de disciplinas, responsabilidade por diferentes laboratórios de ensino, dentre outros. Por outro lado, há departamentos assumindo como sua a tarefa de reformular curricular de cursos específicos, atribuição essa da coordenação do curso. De que forma esses conflitos poderiam ser superados?
 10. A UFSCar tem desenvolvido e implementado algumas experiências de avaliação, independentes de determinações de órgãos governamentais, em relação ao ensino de graduação. Por sua vez, a avaliação da pós-graduação tem sido realizada sempre

utilizando os critérios definidos pela CAPES. Caso a UFSCar decida desenvolver e implantar processo de avaliação a partir de critérios próprios, quais princípios e diretrizes deveriam norteá-lo?

11. Nos últimos anos os projetos de extensão têm sido ampliados significativamente, o que resulta numa maior integração da Universidade com a comunidade. Como a Instituição poderia avaliar o impacto desses projetos?
12. Com a implementação dos Programas de Extensão criou-se condições para uma atuação de caráter multi e interdisciplinar, não só do ponto de vista de intervenção na realidade, mas também da produção de conhecimentos. Dada a importância de programas dessa natureza, como viabilizar a sustentabilidade deles na UFSCar?
13. A UFSCar tem atualmente uma política de taxas sobre os projetos gerenciados pela FAI/UFSCar. Nela os recursos advindos dessas taxas – praticadas sobre todos os projetos de forma direta ou de forma indireta, quando possível - são utilizados para manutenção da FAI e para compor os recursos próprios da UFSCar. Foi por meio dessas taxas, inclusive, que se criou o Fundo de Equalização das Atividades de Extensão. Como essa política poderia ser aperfeiçoada?
14. Embora haja políticas setoriais com relação à pesquisa, não tem sido devidamente explicitada uma política institucional para ela. Deve a instituição preocupar-se com isso? Quais critérios e parâmetros devem nortear a elaboração de uma política dessa natureza?
15. A partir de uma análise crítica do quadro interno atual, bem como dos problemas e demandas da sociedade, que planejamento a Universidade pode fazer para atuação futura na área de pesquisa?
16. Na atualidade tem sido incentivada pelos órgãos de fomento a criação de redes interdisciplinares para o desenvolvimento de linhas/projetos de pesquisa. Quais ações a Universidade pode estar adotando para a promoção de iniciativas dessa natureza?
17. De que maneira a UFSCar pode interceder junto aos órgãos de fomento à pesquisa de modo que as demais atividades da Universidade sejam igualmente valorizadas?
18. A UFSCar, ao longo de sua história, vem se relacionando com a sociedade de variadas formas e em diferentes âmbitos/áreas. Ao planejar sua atuação futura é importante que ela estabeleça uma política de abertura/consolidação de parcerias, especificando quais os atores (governos local/estadual/federal, empresas públicas/privadas etc.) e os objetivos dessas interações (melhoria da formação dos alunos; produção de

conhecimento; atendimento a necessidades sociais não contempladas no mercado de trabalho; forma de obtenção de recursos etc.) a serem contemplados/privilegiados. Caso seja de interesse o estabelecimento dessas parcerias, quais diretrizes devem ser consideradas?

19. Atualmente, a “sociedade da informação” é tema recorrente em discussões nos mais variados fóruns. Quaisquer projeções para o futuro precisam levar em consideração não só as novas tecnologias disponíveis e vindouras, mas também as potenciais novas formas de tratamento e intercâmbio de conhecimento por elas oportunizadas (ou seja, novas maneiras de organizar e disponibilizar o conteúdo) e as conseqüentes transformações nas relações entre indivíduos. Como a UFSCar deve se preparar para essa realidade? Que aspectos prioritários devem ser considerados em uma política de informação para a Universidade?
20. A modernização e informatização da universidade pode ocorrer sob diferentes aspectos: ampliação e racionalização do intercâmbio e disponibilização de dados administrativos; apoio às atividades de ensino; disseminação e intercâmbio do conhecimento produzido; trabalho em rede etc. Que ações podem ser planejadas nesses ou em outros campos específicos? Como coordenar e integrar tais ações?
21. A informação, sob os mais diversos aspectos, é um apoio fundamental a todas as atividades na Universidade. Como exemplo, podemos citar que o acesso a dados como opções de financiamento, oportunidades de capacitação ou possibilidade de publicações poderia aumentar e qualificar ainda mais o desempenho da instituição. Seria adequado e interessante que a UFSCar contasse com algum mecanismo de captação, seleção e direcionamento de informações, visando o apoio às atividades de todas as categorias da comunidade universitária? Se sim, como estabelecer critérios para essa seleção? Como identificar grupos de usuários (públicos específicos)?

1. Apresentação

A Universidade Federal de São Carlos vem se dispondo, no processo contínuo de sua autoconstrução, a aperfeiçoar e consolidar seus processos democráticos de decisão, buscando instrumentos cada vez mais qualificados para analisar, acompanhar, avaliar e propor ações que sejam compatíveis com o papel que a instituição deve desempenhar na sociedade.

Acreditando ser possível gerir a Universidade “de forma planejada, participativa e sustentável” e envolvendo-se nesse processo de constante aperfeiçoamento é que a atual administração está fazendo a proposta de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Pretende-se, com a elaboração do PDI de forma coletiva, definir as principais diretrizes para o futuro da UFSCar que deverão orientar as ações administrativas desta e das próximas gestões. O preparo desse plano exigirá uma cuidadosa reflexão sobre as possibilidades e prioridades da Universidade e um esforço de planejamento, visando a coerência com as opções realizadas e a convergência das atividades no sentido de potencializar a qualidade dos resultados buscados. Quatro aspectos principais – que se entrelaçam e informam mutuamente – serão objeto de análise e decisão: acadêmicos (ensino, pesquisa e extensão), organizacionais, físicos e ambientais.

Este documento, que trata especificamente dos aspectos acadêmicos, foi construído com o objetivo de oferecer um conjunto de informações sobre o processo de construção desta Universidade de modo a subsidiar a discussão sobre eles. Procurou-se dar uma idéia global da evolução das questões acadêmicas na Universidade, desde sua implantação, bem como levantar alguns problemas existentes nas várias áreas.

Um elenco de temas e questões está sendo apresentado à comunidade para ser objeto de reflexão, discussão e proposições. Esse elenco poderá ser ampliado, se necessário.

A expectativa é que a comunidade se organize para refletir e discutir sobre tais temas e questões, a fim de que possa participar de modo mais efetivo dos eventos nos quais serão levantadas as diretrizes referentes aos aspectos acadêmicos.

Sua participação é essencial!

2. Introdução

2.1 Um pouco da história da UFSCar¹

A Universidade Federal de São Carlos, ao nascer, não era detentora de um projeto de universidade bem definido e orgânico, na medida em que atendia a interesses particularmente políticos e empresariais. É uma instituição que nasce na época do regime ditatorial – 1968 – e, como não poderia deixar de ser, sofre as marcas daquele tempo.

Embora não tenham sido elaborados documentos diretores para a Universidade em seu início, o que somente passou a acontecer a partir da gestão 1988-92, publicações do final da década de 60, em especial o documento “Termos de Referência para o Projeto de Implantação da Universidade Federal de São Carlos”, de 23 de junho de 1969, enfatizam o papel que a Universidade deveria exercer no campo científico-tecnológico, atuando de forma criadora no processo de responder à demanda social por uma tecnologia de ponta, autônoma, com o cunho da multidisciplinaridade, seja desenvolvendo pesquisa; seja oferecendo cursos de extensão, procurando interagir com o complexo industrial avançado; seja formando profissionais com qualificação nos níveis de mestrado e

¹Os aspectos históricos mencionados foram extraídos do livro “Universidade, Fundação e Autoritarismo – o caso da UFSCar”, de Valdemar Sguissardi (Editora da UFSCar, 1993).

doutorado. Chegou-se a cogitar a hipótese da implantação somente de cursos de pós-graduação. A outra linha marcante nas diretrizes era a predisposição para atuar, de modo decisivo, na formação de professores do ensino secundário e superior, principalmente na área de ciências básicas.

No que se refere a ensino, em diferentes documentos é possível verificar a preocupação em inovar, bem como em não criar cursos que se sobrepusessem aos existentes na Universidade de São Paulo – campus São Carlos. Cursos que se mostrassem importantes e viessem a ser criados numa mesma área deveriam apresentar enfoques diferentes.

A garantia de qualidade de ensino era assumida como diretamente proporcional à qualificação tanto do pessoal docente como técnico-administrativo, visão que se manteve até os dias atuais na Universidade.

Decisões tomadas no início da Universidade deixaram marcas profundas em sua vida acadêmica. Até hoje, permanece a pretensão de se criar uma universidade pioneira em muitos sentidos, que possa servir de exemplo a outras instituições. Muitas de suas mais importantes linhas de trabalho definiram-se naquela época. O alto índice de qualificação acadêmica e a contratação da quase totalidade de seus docentes em regime de tempo integral e dedicação exclusiva são resultado da manutenção das diretrizes estabelecidas, no começo da Universidade, para contratação de seu pessoal.

A competência acadêmica e seriedade profissional dos que assumiram a tarefa de construir uma universidade, “pequena, mas de alta qualidade”, permitiram, também, a implantação gradual e sucessiva de práticas democráticas de decisão, superando o autoritarismo reinante numa fase de sua história.

Quando os planos de gestão passaram a ser elaborados com a participação da comunidade universitária, incorporaram a perspectiva que foi delineando-se ao longo do tempo: a construção de uma Universidade “plurifuncional, competente, democrática, crítica e eficiente”. Seus horizontes gradativamente alargaram-se na busca da atuação em outras áreas que não as escolhidas de início, e na intenção de atingir os vários segmentos da sociedade e não preferencialmente aquele vinculado ao complexo industrial avançado. Transparece nos planos o entendimento de que a **produção de conhecimento** é a base de sustentação de todas as atividades da Universidade.

Mesmo reconhecendo o grande progresso da UFSCar, particularmente o resultante das duas últimas décadas, há que se considerar que ela ainda tem muito a avançar, principalmente se considerarmos as grandes transformações do mundo contemporâneo. Isto, por si só, nos aponta para a necessidade de a comunidade acadêmica voltar-se à constante busca de identificação dos caminhos a serem trilhados e das ações a serem realizadas para que a UFSCar coloque-se à frente no contínuo processo de produção de conhecimento e capacitação para atender aos atuais e aos futuros desafios que se apresentam às universidades brasileiras, e para que continue a se destacar por sua competência acadêmico-científica, seu compromisso social e sua prática cada dia mais democrática. É com essa perspectiva que ora se apresenta à comunidade o desafio de construção de seu futuro.

2.2 Novos desafios

É possível dizer que, em muitos sentidos, os desafios que se colocam para a UFSCar neste início de século são os desafios de toda universidade pública. As exigências são cada vez maiores no sentido de que as universidades qualifiquem-se de forma mais intensa como interferentes diretas do desenvolvimento econômico e social. Como a comunidade acadêmica da UFSCar se manifesta perante esses desafios?

A UFSCar tem conseguido, de um modo geral, aliar a busca da alta qualificação e competência acadêmico-profissional com o exercício de importantes níveis de democratização, de crítica interna e social responsável e de comprometimento com o caráter essencialmente público da universidade, tanto pela origem estatal de seus recursos quanto pela destinação social de sua produção.

É imprescindível que essas diretrizes político-acadêmicas, construídas pela UFSCar com tanta participação e determinação coletivas, permaneçam e sejam aperfeiçoadas como sua marca registrada. Somente o avanço nessa direção garantirá à UFSCar o cumprimento de seu mais eminente papel social. A construção conjunta de um Plano de Desenvolvimento para a instituição constitui-se em momento ímpar para o “olhar para si mesmo” e, a partir daí, levando em consideração as demandas da sociedade, identificar as condições que permitirão melhorar ainda mais a instituição.

3. Ensino

3.1 Criação e implantação de cursos

A ousadia em procurar inovar na criação dos cursos persistiu como uma característica da UFSCar ao longo de sua história, por exemplo, em seu início, criando o Curso de Engenharia de Materiais ou, mais recentemente, os de Engenharia de Produção Agro-industrial ou Engenharia Física.

Além de manter o compromisso de não sobrepor seus cursos aos da USP/São Carlos, essa decisão se amplia em relação às outras instituições públicas da região. Mesmo cursos oferecidos por outras instituições, como os de Engenharia Civil, iniciado na década de 70, ou Psicologia, da década de 90, têm propostas pedagógicas bastante diferenciadas daquelas de seus congêneres na cidade/região.

Houve, ainda, a criação de cursos a partir de demanda de parcela organizada da sociedade. Isto ocorreu particularmente no caso da absorção dos cursos da Fundação Educacional São Carlos, vinculada à Prefeitura Municipal. Eles foram incorporados, mas seus projetos pedagógicos foram rediscutidos e seus docentes submetidos a concurso público para contratação. Esses cursos são dos de Biblioteconomia e Ciência da Informação e Educação Física e Motricidade Humana.

A demanda por cursos noturnos também partiu da comunidade externa à Universidade, mas o atendimento a esse anseio antigo da sociedade somente pôde se concretizar parcialmente quando a SESu/MEC deu o seu apoio para que tal ocorresse.

Na gestão 1988-92 da Reitoria, foi realizada, pela Fundação Educacional para o Desenvolvimento da Educação (FDE), uma pesquisa de demanda pelos cursos noturnos da Universidade. Tal pesquisa revelou um interesse significativo por vários cursos, repetindo em grande parte as prioridades de interesse manifestas para os cursos diurnos.

A criação de parte dos cursos da Universidade somente foi possível otimizando os recursos materiais e de pessoal em parte já existentes, pois a UFSCar, enquanto instituição federal, depende, de um lado da política e de recursos governamentais para crescer e, de outro, da conjuntura e da política da própria instituição. Alguns cursos em áreas básicas foram projetados por departamentos ou grupos de docentes que se constituíram inicialmente para atender a outros cursos. Destaque deve ser dado ao Curso de Engenharia Agrônômica, que foi criado e implantado como decorrência da incorporação, em 1991, do Programa Nacional de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar – Planalçúcar. Com a incorporação desse centro de pesquisa na área agrícola no município de Araras, a UFSCar, além de aumentar seu patrimônio, passou a contar com mais pesquisadores altamente qualificados.

Uma interferência marcante da política interna da Universidade na expansão do ensino de graduação se deu no caso dos cursos mais recentes do Centro de Educação e Ciências Humanas, procurando sanar o desequilíbrio que se estabeleceu no decorrer do tempo entre as áreas, fruto em grande parte do privilégio inicial dado pela Universidade à área científico-tecnológica.

Os cursos implantados até 1978 foram aprovados pelo Conselho de Curadores, com base em suas grades curriculares, e analisados, a partir de 1974, pela Câmara de Graduação. Aqueles criados a partir da década de 90 já apresentaram projetos pedagógicos e, antes de sua aprovação, foram submetidos a várias instâncias de avaliação (colegiados dos Centros envolvidos, Câmara de Graduação, Conselho de Ensino e Pesquisa, Conselho Universitário), tendo sido realizados em

alguns casos debates públicos a respeito. A relação dos cursos e suas respectivas datas de criação estão na Tabela 1. Nela pode-se observar que, no período 1978 a 1990, não foi criado nenhum curso.

Tabela 1 – ANO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS DA UFSCar

Cursos	Criado	Implantado	Extinto	Reconhecido	Autorização ConsUni
Engenharia de Materiais	1969	1970	-	1975	
Ciências 1º Grau	1969	1970	1974	1973	
Pedagogia	1970	1971	-	1974	
Química – Licenciatura Plena	1970	1971	-	1974	
Química – Bacharelado*	1976	1976	-		
Química – Licenciatura (Noturno)*	1999	2000	-		1999
Física – Licenciatura Plena	1970	1971	-	1974	
Física – Bacharelado*	1970	1978	-		
Ciências Biológicas – Licenciatura Plena	1971	1972	-	1976	
Ciências Biológicas – Bacharelado*	1973	1975	-		
Ciência da Computação – Bacharelado	1973	1975	-	1980	
Matemática – Licenciatura Plena	1973	1975	-	1978	
Matemática – Bacharelado*	1973	1978	-		
Processamento de Dados	1973	1974	1986	1977	
Engenharia de Produção – Materiais	1976	1976	-	1982	
Engenharia de Produção – Química	1976	1976	-	1982	
Engenharia Química	1976	1976	-	1982	
Estatística – Bacharelado	1976	1976	-	1982	
Enfermagem	1976	1977	-	1980	
Engenharia Civil	1977	1978	-	1984	
Terapia Ocupacional	1977	1978	-	1983	
Fisioterapia	1977	1978	-	1983	
Ciências Sociais	1990	1991	-	1996	
Engenharia de Computação	1992	1992	-	1998	
Engenharia de Produção Agroindustrial	1993	1993	-	1998	
Engenharia Agrônômica	1993	1993	-		1993
Biblioteconomia e Ciência da Informação	1994	1994	-	2001	
Educação Física	1994	1994	-	2001	
Psicologia – Bach. e Bach. Clínico	1994	1994	-	1997	
Imagem e Som	1995	1996	-		1995
Letras: Língua Inglesa - Licenciatura	1995	1996	-		2001
Letras: Língua Espanhola - Licenciatura	1995	1996	-	2001	
Matemática – Licenciatura e Bacharelado (Noturno)*	1995	1996	-		1995
Engenharia Física	1999	2000	-		1999

*Reconhecimento não necessário.

Na década de 90, como referido anteriormente, fatores conjunturais externos favoráveis associaram-se à vontade política interna de expansão do ensino de graduação e permitiram que

novos cursos fossem criados. Com essa criação, houve aumento e melhoria da infra-estrutura física, dos recursos materiais, dos serviços e de pessoal, mas não na medida desejável. Permanecem problemas sérios a serem superados.

A **pós-graduação** demorou seis anos para ser implantada na UFSCar mas, quando isto ocorreu, foi com bastante determinação e apoio institucional. Em 1976, foram abertos os programas de Ecologia e Recursos Naturais (mestrado e doutorado) e Educação (mestrado – Pesquisa Educacional e Planejamento de Ensino), este em convênio com a Fundação Carlos Chagas, de São Paulo. Em 1978, foi criado o Programa de Educação Especial (mestrado – Educação de Deficientes Mentais). Como resultado da evolução das demais áreas, outros cursos foram sendo criados (Tabela 2).

Tabela 2: DATAS DE INÍCIO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Programa	Mestrado		Doutorado	
	Recomendação Capes	Data de funcionamento	Recomendação Capes	Data de funcionamento
Educação Especial	21/03/85	01/03/78	23/08/99	01/03/00
Filosofia e Met. da Ciência	01/06/88	01/08/88	26/10/01	07/03/02
Ciências Sociais	10/11/88	01/08/87	09/09/99	01/03/00
Educação	03/08/82	01/03/76	01/03/91	01/03/91
Fisioterapia	19/12/96	01/03/97	17/12/01	30/04/02*
Genética e Evolução	06/03/91	06/03/91	06/03/91	06/03/91
Ciências Fisiológicas	17/12/92	01/03/93	21/12/98	01/03/99
Ecologia e Recursos Naturais	12/06/80	01/03/76	27/02/85	01/03/76
Ciência da Computação	12/07/86	08/07/88	—	—
Ciência e Eng. de Materiais	21/12/79	21/12/79	02/05/88	14/04/88
Construção Civil	27/04/01	25/02/02	—	—
Engenharia de Produção	22/09/92	03/09/92	21/12/98	01/03/99
Engenharia Química	23/02/88	01/08/82	12/03/90	09/03/90
Engenharia Urbana	18/07/95	01/08/95	—	—
Estatística	02/10/98	01/03/97	—	—
Física	10/11/88	01/08/88	20/12/90	20/12/90
Matemática	04/12/91	01/08/87	19/12/96	01/03/97
Química	02/07/85	01/08/80	14/04/88	01/03/88

* A data de início do semestre ainda não está definida

Os **cursos de extensão** ocorreram durante toda história da UFSCar, como se percebe pelos seus documentos iniciais e pelas atas das reuniões da Câmara de Extensão responsável pela sua aprovação.

A definição interna do limite desejável para o crescimento das atividades de graduação, pós-graduação e extensão está por ser feita.

3.2 Melhoria da qualidade de ensino

Para apresentar aspectos relacionados à melhoria do **ensino de graduação** , convém lembrar que a Câmara de Graduação já funcionava como órgão provisório desde 1974, embora os colegiados superiores só tenham sido implantados efetivamente em outubro de 1978. As decisões da Câmara de Graduação precisavam ser homologadas pelo Conselho de Curadores.

Na década de 80, as câmaras do Conselho de Ensino e Pesquisa e o próprio Conselho estavam em pleno funcionamento e a Câmara de Graduação iniciou análises mais profundas sobre o ensino de

graduação. Além da discussão de uma série de normas para o funcionamento dos cursos e da realização de adequações deles à legislação vigente, três medidas de caráter geral marcaram a atuação desse colegiado nesse período: a implantação do Regimento da Coordenação de Curso de Graduação (ATO n.º 001/81-SOC, de 15/01/81), a redução do número de créditos obrigatórios dos cursos e a constituição de uma comissão para analisar os currículos dos cursos de graduação.

Ainda na década de 80, como trabalhos/dissertações de mestrado de docentes ou grupos de docentes, foram realizadas avaliações tanto no âmbito dos cursos como das disciplinas. Os cursos de Enfermagem, Engenharia de Materiais, Engenharia de Produção e Química foram os que mais se envolveram nessas avaliações. Ao final da década, a Câmara de Graduação tinha uma proposta para avaliação institucional dos cursos, que não chegou a ser posta em prática.

No que se refere ao ensino da graduação, desde 1988, vêm sendo ampliadas as ações institucionalmente coordenadas na tentativa de fortalecê-lo e dinamizá-lo, bem como de melhorar as condições infra-estruturais (biblioteca, salas de aula, laboratórios etc.) e outras de naturezas diversas (alimentação, transporte, moradia).

Várias experiências de avaliação foram realizadas ao longo dos anos, culminando com a mais recente e mais ampla dentro do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Tais avaliações identificaram vários problemas, em sua maioria recorrentes e de natureza didático-pedagógica. Entre eles está a resistência ao trabalho integrado no empreendimento necessariamente coletivo de formar pessoas através dos cursos. A não criação de condições suficientes para que os alunos, ao lado da aquisição de conhecimentos, desenvolvam competências/habilidades/attitudes necessárias à sua atuação profissional é outro exemplo. Outro ainda, entre muitos, é a dificuldade de, no dia-a-dia do desenrolar dos cursos, adotar práticas compatíveis com o princípio amplamente defendido da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Uma das queixas mais frequentes dos alunos no processo de avaliação do PAIUB refere-se ao desempenho didático-pedagógico de vários docentes, que permanece como um problema a ser enfrentado, para que se possa garantir um ensino de alta qualidade a todos os alunos. Providências encaminhadas nesse sentido, na forma de cursos/debates, não foram bem sucedidas.

Sempre tomando como referência avaliações feitas, medidas foram encaminhadas no sentido de superar os problemas existentes. Mais recentemente, foram estabelecidas as “Diretrizes gerais para criação/reformulação dos cursos de graduação na Universidade Federal de São Carlos” (Parecer CaG nº 171/98, de 24/03/98, aprovado pelo CEPE em 23/06/98) e foi definido o “Perfil do profissional a ser formado na UFSCar”, em todos os seus cursos.

Enquanto as diretrizes possibilitam ações de ensino mais inovadoras no processo de formação, o perfil do aluno da UFSCar explicita qualificações de diferentes naturezas, não somente científicas, técnicas ou profissionais, mas também filosóficas, éticas e político-sociais, entre outras.

Essas providências, seguidas da aprovação das diretrizes curriculares pelo Conselho Nacional de Educação, levaram a uma mobilização dos cursos para a inovação curricular. É importante mencionar, contudo, que poucos estão em processo adiantado de elaboração de um novo projeto pedagógico; a maioria está no início ou não começou a revisão curricular.

Importante destacar que há experiências curriculares inovadoras em andamento permitindo aos estudantes uma participação constante em projetos e atividades de pesquisa e extensão, nos quais alunos e professores interagem continuamente.

Os programas/atividades especiais foram bastante valorizados(as) no decorrer da história do ensino de graduação da UFSCar. Porém, devido a contingências específicas de cada curso, ou a restrições financeiras, tais programas/atividades não foram desenvolvidos(as) homogeneamente. A instituição tem buscado estimulá-los(as) criando, inclusive, a possibilidade, a partir de 2000, por deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de incorporá-los(as) como atividades curriculares, envidando esforços para a ampliação de seu número.²

²*Parecer CaG 171/98, de 24/03/98, aprovado pelo CEPE em 23/06/98.*

A instituição, além dos programas/atividades especiais internos, sempre buscou se envolver com outros propostos pela SESu/MEC, CAPES, CNPq etc. Vários cursos envolveram-se em programas/projetos diversos, como PET/CAPES, PIBIC/CNPq, REENGE/FINEP-CNPq-CAPES, PROIN/CAPES, PROLICEN/SESu-MEC, que acabam sendo importantes para formação dos alunos, mas atingem, em geral, um número reduzido deles e apresentam o problema da descontinuidade.

Além da avaliação dos cursos como unidades organizacionais dentro do PAIUB, já mencionada anteriormente, foi instituída a avaliação das disciplinas pelo Nexos e tem havido um aperfeiçoamento das normas de avaliação do desempenho dos alunos.

No que diz respeito ao **ensino de pós-graduação**, a UFSCar tem apresentado, ao longo do tempo, um significativo crescimento de suas atividades, na maioria das vezes por iniciativa de seu corpo docente. Tem buscado institucionalmente fazer gestões junto aos órgãos financiadores e criar um programa próprio de fomento para enfrentar os problemas relacionados a recursos materiais, sejam bolsas, pró-labores, diárias, investimentos para laboratórios etc. Tem também envidado esforços no aperfeiçoamento da composição do funcionamento dos colegiados afetos à área, no sentido de virem a se constituir em fóruns cada vez mais adequados à análise/discussão dos problemas específicos; na melhoria das normas para capacitação/progressão na carreira dos docentes da instituição; na informatização/centralização de dados sobre os cursos.

A aferição da qualidade dos programas da UFSCar tem sido feita como aquela dos demais programas do país, por meio de relatórios exigidos pelas normas das repartições governamentais. Tais normas são marcadas por uma concepção restrita a uma produtividade quantitativa.

Essas quantificações certamente têm importância na aferição da qualidade, mas não esgotam toda a problemática relativa a ela. A título de exemplo, podemos destacar que o Regimento Geral dos Programas estabelece como objetivos do mestrado “possibilitar ao graduado as condições de desenvolver estudos que demonstrem o domínio dos instrumentos conceituais e metodológicos essenciais em sua área, qualificando-o como pesquisador e docente de nível superior através de trabalhos de investigação e de ensino” e, como objetivos do doutorado, além dos mesmos do mestrado, a produção de “um trabalho de investigação que represente uma contribuição real, original e criativa na sua área de conhecimento” e a demonstração de “qualificação para formar pessoal ao nível de mestrado e doutorado”. É necessário perguntar se esses objetivos estão sendo plenamente atingidos e se são compatíveis com o que será exigido dos formados pelos programas de mestrado e doutorado, no sentido de entendê-los como profissionais quádruplos:

“um cientista (que precisa dominar o conhecimento existente pelo menos em sua área de estudo, assim como o instrumental e os processos de produção de conhecimento), um professor de nível superior (que exige a capacitação para integrar conhecimentos de diferentes áreas e tipos e transformá-los em comportamentos a serem ensinados às novas gerações, especialmente de profissionais), um administrador (de ciência e tecnologia, de projetos, de programas de ensino, de instituições de portes variados, desde cursos e departamentos até faculdades, universidades etc.) e, finalmente, também por decorrência do tipo de trabalho e de formação necessária para tudo isso, um especialista em seu assunto de estudo e, eventualmente, de intervenção.”³

Medidas de caráter geral para toda a Universidade visando, de forma direta, a melhoria do ensino de pós-graduação estão começando a ser tomadas, ao lado das específicas de cada curso. A implantação do Programa de Estágio Supervisionado de Capacitação Docente (PESCD) é um exemplo. Ele tem sido positivamente avaliado pelos pós-graduandos participantes, embora haja questões a serem resolvidas, por exemplo, quanto ao número de participantes ou à tramitação de documentos. Também nesse Programa têm sido realizadas experiências inovadoras.

³PAVIANI, J. e BOTOMÉ, SP. *Acesso à Pós-Graduação. Uma estratégia para desenvolver qualificação institucional de universidade através de mestrados e doutorados descentralizados*. Caxias do Sul: UCS, 1994.

Propostas de realização de processo avaliativo têm sido feitas na perspectiva de detectar distorções, buscar subsídios para definir rumos a serem seguidos e estabelecer prioridades institucionais, mas não foram ainda concretizadas. A avaliação da pós-graduação realizada como etapa do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB) não foi desenvolvida conforme planejado, ficando restrita à fase, de diagnóstico, em grande parte de caráter quantitativo.

O resultado das avaliações dos cursos da UFSCar pela CAPES, de maneira geral, é bastante satisfatório. Talvez essa visão positiva dos cursos, ao lado do esforço dispendido para satisfazer as exigências externas à instituição relativas à pós-graduação, consumindo tempo que poderia ser investido em outras reflexões, tenham se constituído em óbices para que outras propostas de avaliação já planejadas não tenham ainda se concretizado.

Para a melhoria da qualidade dos **cursos de extensão**, houve a preocupação, no decorrer do tempo, em definir a concepção e os princípios da atuação extensionista (válidos logicamente para as demais atividades); os objetivos dos diferentes tipos de curso (extensão cultural, extensão universitária, aperfeiçoamento profissional, atualização científica, especialização e outros que possam se constituir em instrumentos para o maior acesso ao conhecimento) e as normas para encaminhamento de processos relativos a cursos.

3.3 Acesso dos alunos aos cursos

O **acesso aos cursos de graduação** se deu, ao longo dos anos, mediante realização de exames vestibulares bastante diversificados. Houve modificações com relação à responsabilidade pela sua realização (UFSCar, CESCEM-CESCEA-MAPOFEI, FUVEST, VUNESP), ao período de sua ocorrência (início ou meio do ano), aos critérios (eliminatório-classificatório ou classificatório), à realização em uma ou duas fases, à consideração no desempenho final daquele da segunda fase ou das duas, ao estabelecimento de carreiras ou não, aos pesos atribuídos às provas, entre outras.

Medidas várias foram tomadas no decorrer do tempo visando evitar a ociosidade de vagas. Entre elas podem ser citadas: realização de dois exames seletivos; transformação do vestibular seletivo em classificatório; criação de mecanismos mais ágeis para localização e chamada dos vestibulandos em lista de espera para matriculá-los, em tempo hábil, até o preenchimento de todas as vagas; colocação de vários cursos em carreira única no vestibular ou em carreiras mais específicas para transferências, evitando o uso de certos cursos menos concorridos como trampolim para outros, por meio de transferências intercurros.

O cursinho pré-vestibular tem procurado facilitar o acesso de pessoas mais desfavorecidas social e economicamente, ao mesmo tempo que tem contribuído para uma melhor formação de nossos alunos. A dificuldade de alguns candidatos em se inscrever no vestibular por falta de recursos tem sido enfrentada com a possibilidade de pleito por isenção de taxas. Os alunos do cursinho da UFSCar são todos liberados delas.

O **acesso aos cursos de pós-graduação** e aos de **extensão** tem se dado com o uso de critérios bastante variados.

Para ampliação do acesso a alguns cursos de pós-graduação, têm sido feitas experiências de convênios interinstitucionais, visando sua descentralização.

3.4 Permanência dos alunos nos cursos

As medidas visando diminuir a evasão de alunos, tanto dos cursos de graduação como de pós-graduação, por razões de natureza socioeconômica, têm se constituído na disponibilização de bolsas-alimentação, bolsas-moradia e bolsas-atividade (estas últimas para graduandos apenas).

A evasão por motivos acadêmicos tem sido abordada com medidas e ações tais como: análise do perfil socioeconômico dos alunos dos diferentes cursos e orientação de estudo para alunos com dificuldades.

Há uma diferença expressiva entre o perfil dos alunos ingressantes em cursos que são social e economicamente valorizados e o perfil dos alunos dos cursos que não o são. A melhoria do desempenho dos alunos, entre outras medidas, depende do conhecimento deles pelos seus docentes. Nesse sentido, a partir de 1994, um grupo de pesquisa, coordenado por professores do Departamento de Estatística, vem realizando estudos de caracterização de ingressantes, gerando informações de grande importância para a tomada de decisões e delineamento de ações institucionais. Os dados resultantes desses estudos têm colaborado à reflexão acadêmica, particularmente dos coordenadores de cursos.

Uma preocupação constante da instituição tem sido com os alunos que apresentam algumas dificuldade para dar prosseguimento ao curso escolhido. Em razão disso, houve, no início dos anos 90, a criação da Seção de Orientação Educacional, sob a responsabilidade do Departamento de Educação, extinta na metade da década por não poder contar com docentes que se responsabilizassem pela continuidade do programa. Atualmente vem sendo desenvolvido dentro do Projeto Pró-Estudo, trabalho com finalidade semelhante, sob a coordenação de uma docente do Departamento de Psicologia. Além da orientação individualizada, tem-se procurado dar uma orientação a todos os calouros nesse sentido, utilizando a Agenda do Calouro, a partir de 1998. O trabalho é desenvolvido com apoio institucional, particularmente no que diz respeito à concessão de bolsas.

4. Pesquisa

No quadro atual da pesquisa da UFSCar, são perceptíveis marcantes reflexos de todo o processo de desenvolvimento da instituição, já referido anteriormente em suas linhas gerais. A qualidade e a produtividade atuais da pesquisa vinculam-se certamente a decisões que foram tomadas no decorrer do tempo, tais que: construir uma universidade singular, que pudesse servir de exemplo a outras instituições federais; priorizar o campo científico-tecnológico para atuação inicial; criar cursos de graduação inovadores; adotar uma política de qualificação docente no país e no exterior, chegando, sempre que possível, ao nível de pós-doutorado; vincular estritamente a progressão na carreira docente à titulação formal; abrir espaços democráticos para facultar à comunidade a participação na definição dos rumos institucionais.

Localizada no interior do Estado de São Paulo, a UFSCar teve na proximidade com a Universidade de São Paulo um fator motivador adicional tanto para a criação de cursos como para o estabelecimento de referenciais de qualidade para o ensino e a pesquisa.

A implantação de determinadas linhas de pesquisa é resultante de uma série de fatores, alguns atuando desde o começo da Universidade e outros posteriormente. A evolução da pesquisa institucional mais do que decorrência pura e simples da titulação dos docentes, ou mesmo da motivação particular deles por determinados direcionamentos ou ainda do estímulo de políticas de prioridade de fomento estabelecidas por agências financiadoras externas, foi fortemente influenciada pela criação dos cursos de graduação. A opção institucional pela criação de certos cursos de graduação foi delineando o estabelecimento de determinadas áreas de conhecimento na UFSCar. Os docentes foram contratados para ministrar as disciplinas, básicas e profissionalizantes, dos cursos criados. As áreas de conhecimento e os perfis profissionais definidos para os cursos tiveram grande influência na escolha das áreas de formação do corpo docente em nível da titulação formal e na estruturação dos departamentos. A implantação dos programas de pós-graduação foi resultado direto da capacitação docente e da consolidação das atividades de pesquisa dentro de cada área de conhecimento.

As atividades de pesquisa na UFSCar foram também influenciadas pelas de extensão, que num primeiro momento estiveram associadas às necessidades da comunidade vinculada ao complexo industrial avançado e à prática profissional dos alunos de graduação, por meio dos estágios curriculares. A influência dessa relação com a sociedade sobre a pesquisa, que ocorre nos futuros

campos de atuação profissional dos alunos, não deixa de ser uma maneira adicional de inter-relação entre os cursos de graduação e a pesquisa desenvolvida na Universidade. A partir do início da década de 90, nos projetos e programas institucionais (como os relativos aos Núcleos UFSCar-Empresa, UFSCar-Município, UFSCar-Escola etc. e outros), formaram-se equipes multidisciplinares para abordar problemas da sociedade não apenas como prestação de serviço, mas como atividade de ensino e de pesquisa básica e tecnológica. Essas atividades passaram então a ser importantes referências para a definição de linhas de pesquisa e de criação de novas áreas interdisciplinares de produção de conhecimento.

O momento em que a Universidade se propõe a discutir o seu futuro é certamente ocasião propícia para fazer um balanço do que já foi feito na área e do que há por fazer.

Há um entendimento generalizado de que a produção de conhecimento é a base de sustentação de todas as atividades da Universidade, devendo estar articulada tanto com as atividades de ensino como as de extensão, garantindo a qualidade diferenciada do fazer acadêmico. A prática cotidiana tem, no entanto, deixado a desejar no que diz respeito a essa indissociabilidade, ficando a sua busca como um desafio diário.

Apesar das afirmações frequentes de que é necessário a Universidade desenvolver uma política de pesquisa, é preciso considerar que em muitos departamentos ela existe e é bastante consolidada. Talvez seja possível avançar na discussão de diretrizes para toda a instituição, abrangendo aspectos outros que não a interferência direta sobre que pesquisa deva ser desenvolvida.

Embora a qualidade e a produtividade da pesquisa na UFSCar, aferida pelos mais diferentes indicadores, particularmente aqueles de caráter mais quantitativo adotados pelos órgãos governamentais, estejam, de uma maneira geral, entre as melhores do país, uma análise mais pormenorizada mostra, entretanto, desníveis nesses indicadores entre as diferentes áreas de conhecimento, conseqüência de suas especificidades, tempo de implantação e priorização diferenciada das agências de fomento. Esses desníveis devem ser enfrentados como desafios ainda por serem vencidos e não assumidos como fatos estabelecidos. Fica claro, então, que mesmo sem a ampliação do número de áreas de atuação, a UFSCar ainda tem potencial de crescimento na produção de conhecimento e na implantação de programas e cursos de pós-graduação. (Ver o documento “Indicadores da Pós-Graduação e Pesquisa da UFSCar”, 2000).

A avaliação da pesquisa utilizando outros elementos, que não os indicadores quantitativos ou qualitativos tradicionais, como a seletividade dos periódicos em que nossas pesquisas são publicadas, está por ser feita. A discussão de nosso papel enquanto instituição pública e das contribuições que podemos dar nas mais diferentes áreas pode nos colocar frente a propostas bastante desafiadoras.

5. Extensão

As atividades de extensão se desenvolveram desde o início da Universidade, como já apontado anteriormente, embora a primeira reunião da atual Câmara de Extensão (CaEx), sob a denominação de Câmara de Extensão de Serviços à Comunidade (CESC), tenha ocorrido apenas em 16/10/78.

Até o final da década de 80, são poucas as diretrizes estabelecidas para as atividades de extensão. Em 1981, passa a vigorar a Sistemática para Instrução e Encaminhamento de Processos de Cursos de Extensão (Ato 015/81-SOC), complementada, em anos subsequentes, por duas resoluções do CEPE (014/85 e 023/86) que regulamentam a cobrança de taxas e a oferta dos cursos. Em 82, por meio do Ato 22/82-SOC tem-se o estabelecimento de normas para convênios universidade/empresa que, apesar do nome, não se restringem apenas às empresas, referindo-se a qualquer acordo firmado entre a Universidade e uma Instituição Contratante que não fosse Órgão Financiador de Pesquisa (FINEP, CNPq etc.). Em complemento a este, o Ato 04/83-SOC estabelece normas para os “serviços universidade-empresa”, entendidos como serviços que, fazendo uso das capacidades já

existentes na UFSCar, fossem de curta duração, não justificando um convênio e estabelecendo uma tramitação mais ágil.

Há que se ressaltar, ainda, que nessas normas se prevê que todas as atividades têm de ser inicialmente aprovadas pelas Câmaras Departamentais e que, embora seja facultada a cobrança, se estipula a distribuição dos recursos.

Cabe aqui uma ponderação, pois tanto o nome da Câmara (Extensão de Serviços à Comunidade) como a própria definição das atividades de extensão nos Estatutos e Regimento da UFSCar podem induzir a uma visão bastante restrita (cursos e prestações de serviço), e até mesmo equivocada, do que vem a ser extensão. Não é esta a visão, no entanto, que já se depreende das propostas que são submetidas à CESC a partir de 1978. Durante o ano de 1979, por exemplo, já são submetidas à CESC sete propostas de convênio: um com a EMBRAPA relativo a estágios remunerados para nossos alunos; dois com empresas; dois outros, também na área tecnológica, mas com o Ministério da Indústria e Comércio e com a Comissão de Energia Nuclear; um com a Secretaria Estadual de Educação e o último com a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-SC). Em suma, já se observa um grau razoavelmente efetivo e diversificado de interação da UFSCar com a sociedade, não ficando essa interação restrita à prestação de serviços, mas sim a diferentes atividades de interação com diversos setores da sociedade. A questão da diversidade é também observada nas oito propostas de cursos de extensão que são submetidas naquele ano: um para alunos da UFSCar na área tecnológica, outro para graduados em Ciências e Engenharia, dois para técnicos da UFSCar e comunidade, um para uma empresa, outro na área de microbiologia e, por fim, um na área de humanas.

Embora a análise das atividades de extensão desenvolvidas pela UFSCar ao longo da década de 80 ainda precise de um maior detalhamento, pode-se, sem dúvida alguma, afirmar que a partir de então as atividades se proliferam, com a consolidação dos cursos e departamentos criados na década de 70 e também com o vigoroso processo de capacitação dos docentes da UFSCar.

Há que se ter claro, no entanto, que o patamar alcançado pela UFSCar é fruto não só da qualidade de seus cursos de graduação e pós-graduação e das suas linhas de pesquisa, mas também dos benefícios que a perspectiva da extensão traz tanto para o ensino como para a pesquisa e, portanto, para o papel social da universidade.

No que diz respeito ao ensino, ou melhor, ao processo de ensino-aprendizagem, parece razoável se inferir que nossos professores ao realizarem projetos de extensão ganham uma experiência maior, adquirindo assim condições muito melhores para trabalhar com os alunos; é a prática, em suma, que enriquece o processo de ensino e aprendizagem. Ganham assim nossos alunos com a maior experiência dos nossos professores; ganham, além disso, porque ao se envolverem com as atividades extensionistas adquirem condições não só de avaliar na prática o que estão aprendendo como também de questionar os conteúdos desenvolvidos.

Ganha também a pesquisa não só porque é através da extensão que se testa a adequação dos conhecimentos produzidos às necessidades sociais, dando seqüência ao processo interminável de construção e reconstrução do conhecimento, mas também porque é por meio da extensão que se pode identificar novos, emergentes e socialmente relevantes temas de pesquisa.

Consciente do grande desafio que requer uma revisão profunda da estrutura da universidade para facilitar, ao mesmo tempo, a especialização, entendida aqui como a produção de conhecimento novo e contribuição para a ciência, e a interdisciplinariedade, vista na perspectiva da estruturação dos problemas sociais e da contribuição ao desenvolvimento local e regional, a UFSCar veio ao longo da última década se preparando para enfrentá-lo. Como se sabe, em 1989, são finalmente implantadas as Pró-Reitorias, que criam um espaço mais adequado para a discussão das políticas acadêmicas. Do ponto de vista da extensão, dá-se início à implementação de uma política para o fortalecimento, intensificação e institucionalização das atividades de extensão; e, após um rico período de discussão, a CaEx e o CEPE aprovam a Portaria 220/93 que não só regulamenta, mas também conceitua com muita propriedade o papel da extensão na universidade.

Essa é uma portaria, cabe salientar, que vem sendo utilizada como referência pelo conjunto das universidades públicas brasileiras e que se coaduna com o pensamento contemporâneo. A visão que se estabeleceu e que consta com muita propriedade da Portaria 220/93 é a de que o ensino, a pesquisa e a extensão não são objetivos ou funções da universidade, mas atividades por meio das quais a universidade dá concretude a “seus objetivos de produzir o conhecimento e torná-lo acessível” (art. 2º). Observe-se que o uso do termo “tornar acessível” reflete uma preocupação em não ser interpretado como a mera disseminação de informações mas, como também consta da portaria, com as atividades relativas à “... apropriação do conhecimento disponível, por todos que compõem a sociedade” (art. 3º).

Essa visão contemporânea nos leva então a favorecer o movimento da universidade para uma atuação definida institucionalmente, enfatizando também a extensão. Não, no entanto, numa perspectiva de uma terceira função da universidade, mas sim de uma atividade que de forma indissociada do ensino e da pesquisa compromete a universidade não só com a produção de conhecimentos, mas com criação e recriação de conhecimentos que potencializem as transformações sociais. Uma universidade, em suma, onde os conceitos de qualidade, de excelência acadêmica, não se esgotam na produção científica de seus pesquisadores (entendida aqui na sua forma restrita – artigos científicos), mas dependam também da gênese e do destino desse conhecimento.

A extensão, nesse entendimento, para usar a terminologia do Plano Nacional de Extensão, é “...dimensionada como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta”.

É esse conjunto de diretrizes que passam a permear a política de extensão da UFSCar. Instrumentos como os Programas de Apoio às Atividades de Extensão e às Atividades Culturais inserem-se na perspectiva de incrementar a atuação extensionista da UFSCar, em especial nas áreas em que os parceiros, a comunidade ou população alvos não têm capacidade de auxiliar no financiamento dos projetos. Já a implantação dos seis Núcleos de Extensão (Cidadania, Escola, Empresa, Município, Saúde e Sindicato) e a implantação da metodologia de Programas de Extensão procuram não só estimular e ampliar a proposição de projetos de extensão, mas fomentar uma atuação extensionista como a mencionada acima, ou seja, com objetivos estritamente acadêmicos (ligada ao ensino e à pesquisa), mas também voltada de uma forma plural para os problemas oriundos da nossa sociedade.

Há que se ter claro que, ao se implementar uma política de estímulo à atuação extensionista, corre-se o risco do estímulo às prestações de serviço, de caráter assistencialista ou daquelas que apenas busquem compensações financeiras. Não se trata aqui de abandonar o caráter social da universidade, mas tão somente de reconhecer que a prestação de serviços, como está previsto na Portaria 220/93, só se justifica em situações especiais: “a) for condição para treinamento de alunos na realização de tarefas profissionais; b) for meio para testar técnicas, procedimentos e equipamentos resultantes da produção de conhecimento da Universidade; c) for meio para coletar dados e informações sobre assuntos relacionados ao serviço; d) tal tipo de serviço não existir na comunidade ou, existindo, não for acessível; neste caso, deve ser de duração temporária, até que o serviço esteja disponível e acessível; e) a prestação de serviço for uma condição ou um procedimento para desenvolver uma agência da comunidade para que esta passe a realizar tal prestação de serviços”. Daí a exigência de que, na proposição dos programas e projetos de extensão, os proponentes explicitem os ganhos acadêmicos e sociais esperados, a ligação dos mesmos com suas atividades de ensino e pesquisa e o envolvimento de alunos.

Essa política de fomento à atuação extensionista, ao que parece, tem sido bem sucedida. Afinal, de 1992 para cá o número de projetos de extensão submetidos à CaEx salta de uma centena para cerca de quatrocentos projetos ao ano. Considere-se, além disso, que todos esses projetos são analisados quanto ao mérito pela CaEx, estando de acordo portanto com as diretrizes apresentadas

acima. É oportuno aqui observar que, embora o crescimento do número de projetos seja fruto também da Portaria 677/94 que possibilita aos docentes e funcionários envolvidos com a realização de projetos de extensão receberem remuneração, cresce também o número de projetos em que não há remuneração. Cresce não só o número de projetos com parceiros que têm condições financeiras, mas também aquele relativo aos projetos que são auxiliados com recursos ou bolsas para alunos pela CaEx.

Esses recursos, é também importante observar, são oriundos dos Programas de Apoio já mencionados que são financiados com recursos próprios da UFSCar e com recursos do Fundo de Equalização das Atividades de Extensão, criado em 1999 com a Portaria 664/99 que dá nova redação à Portaria 220/93. Essa Portaria, que, na verdade, acrescenta à Portaria 220/93 tanto a Portaria 677/94 como a regulamentação dos Programas de Extensão, ao distinguir os projetos de caráter esporádico dos projetos regularmente inseridos nos Programas, possibilitou que se viabilizasse a concessão de bolsas acadêmicas para os docentes envolvidos em Programas cujos parceiros tivessem capacidade de financiá-las. O compartilhamento dos ganhos advindos dessa possibilidade viabilizou então a criação do Fundo de Equalização que faz uso de um mecanismo “hobinhoodiano”, uma vez que aplica os recursos oriundos desse compartilhamento em projetos cujos parceiros não têm nenhuma capacidade de financiamento.

Mesmo sendo cada projeto avaliado quanto ao seu mérito acadêmico, há a necessidade de se dar continuidade ao processo de avaliação da atuação extensionista da UFSCar no seu todo. Não obstante os ganhos que desse processo devem advir, a questão a ser colocada agora é a de como avançar no sentido de fazer com que a Extensão se torne parte inquestionável do fazer acadêmico (ensino e pesquisa) de qualidade.

O movimento que o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras vem empreendendo para a consolidação desse novo paradigma propiciou algumas condições bastante favoráveis, cabendo aqui destacar a inclusão no Plano Nacional de Educação de um artigo que prevê a implantação do “...Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior, no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no Ensino Superior no país será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas”; e a criação de uma Comissão Conjunta dos Fóruns de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa, e Extensão para propor diretrizes para a implantação não só desse programa mas das atividades de pesquisa na formação dos alunos das IFES.

Roteiro de questões para reflexão, discussão e proposições relacionadas aos aspectos acadêmicos

Ampliação/consolidação das atividades da UFSCar

1. No decorrer do tempo, a UFSCar expandiu seu ensino de graduação dentro de referenciais previamente definidos. Ela deve continuar ampliando o número de seus cursos/vagas? Em caso positivo, quais devem ser os princípios norteadores dessa expansão? (especificar indicadores do tipo: áreas de conhecimento a serem expandidas, tamanho pretendido para a Universidade etc.)
2. Desde a sua implantação, o ensino de pós-graduação na UFSCar vem se expandindo sistematicamente. É interesse da UFSCar continuar essa expansão? Com que critérios e a partir de quais parâmetros?

3. A Universidade tem se preocupado em melhorar o acesso a seus cursos de graduação. Além do cursinho pré-vestibular e da isenção de taxas para participar do processo seletivo, há necessidade de se adotar outros encaminhamentos? Quais?
4. A UFSCar também tem se preocupado em ampliar o acesso à pós-graduação e uma das alternativas utilizadas por alguns programas é a da realização de convênios com outras Instituições de Ensino Superior. Esse caminho para a expansão deve ser mantido e ampliado? Com que critérios e a partir de quais parâmetros?
5. Um dos assuntos mais polêmicos relacionados à pós-graduação dentro da Universidade Pública é o mestrado profissionalizante. Quais vantagens e desvantagens há em relação a essa modalidade?
6. Quais ações devem ser adotadas pela Instituição a fim de ampliar e consolidar a pesquisa de grupos emergentes?
7. Os Núcleos de Extensão da UFSCar têm desenvolvido nas suas respectivas áreas temáticas um conjunto grande de esforços no sentido de tornar acessível o conhecimento que já é produzido na UFSCar e também de identificar temas relevantes para a produção de novos conhecimentos. O que fazer para ampliar e fortalecer a articulação entre as atividades de pesquisa e extensão e, portanto, o envolvimento da UFSCar na solução de problemas sociais?
8. A educação continuada por meio da oferta de cursos de extensão, aperfeiçoamento, especialização, pós-graduação “lato-sensu” etc. sempre fez parte das atividades desenvolvidas pela UFSCar. No entanto, a Instituição não dispõe de uma política específica de educação continuada, que é atualmente uma demanda concreta da sociedade. Cabe à UFSCar definir uma política específica para esse tipo de atuação? Se sim, quais devem ser suas diretrizes?
9. Algumas IES públicas e privadas têm incluído em sua estrutura Institutos de Educação Continuada, com objetivos tais que: estabelecer possibilidades permanentes de formação e aperfeiçoamento de profissionais considerando as tendências no mundo do trabalho e nos setores científico, tecnológico e econômico; ampliar as fontes de financiamento e fomento junto à organismos públicos e privados, empresas e instituições nacionais e internacionais. Caso a UFSCar decida implantar um Instituto de Educação Continuada em sua estrutura, quais devem ser seus objetivos?
10. Vem crescendo o número de IES que têm utilizado a educação à distância (cursos não presenciais e semipresenciais) como forma de ampliar a sua atuação junto à sociedade. Optando a UFSCar por introduzir essa possibilidade, em que modalidade de cursos/atividades poderia ser utilizada (cursos de graduação, cursos de extensão, atividades específicas de cursos etc.)?

Melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas pela UFSCar

1. A UFSCar tem definidas atualmente suas diretrizes internas para criação/reformulação dos seus cursos de graduação. Tem também estabelecido o perfil que propõe para todos os seus alunos. À medida que o Conselho Nacional de Educação for aprovando as diretrizes curriculares para os vários cursos, que medidas poderão ser tomadas para a aceleração do processo de construção de projetos pedagógicos inovadores para os cursos e sua implantação?
2. Os programas/atividades especiais, particularmente os que permitem a integração das atividades de ensino às de pesquisa e extensão, são avaliados pelos alunos como muito significativos para a

sua formação. No entanto, essa participação tem ficado restrita à possibilidade de obtenção de bolsas (IC/PIBIC, Extensão, Treinamento, etc.) e ao voluntarismo. Como incluir nos Projetos Pedagógicos dos cursos a pesquisa e a extensão como parte do processo de ensino e aprendizagem?

3. No perfil do aluno a ser formado pela UFSCar estão previstas várias competências cuja aquisição pode ser considerada fundamental para a formação do profissional necessário frente às exigências do mundo contemporâneo. Quais providências devem ser adotadas por docentes e discentes para que essas competências sejam adquiridas?
4. Neste documento, no item referente à pós-graduação, destacam-se quais deveriam ser os aspectos definidores do perfil do pós-graduando a ser formado pelas IES. Na UFSCar tem havido uma ênfase diferenciada no desenvolvimento de competências relacionadas ao preparo do cientista em detrimento das demais. Como esse desequilíbrio poderia ser superado?
5. É possível que a inovação nos currículos dos cursos coloque exigências em relação às condições infra-estruturais para o ensino. Que alterações podem ser previstas nesse contexto?
6. A UFSCar tem desenvolvido algumas experiências para garantir maior integração entre a graduação e a pós-graduação. Dentre elas podem ser citadas a do PESCD e a do PROIN. Como experiências com tais objetivos podem ser expandidas e aprimoradas?
7. Na avaliação dos cursos de graduação dentro do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) aparece, ao lado do reconhecimento da competência dos docentes na área específica, o problema da falta de formação didático-pedagógica de grande parte deles. Como esse problema poderia ser solucionado?
8. Nessa mesma avaliação, a composição e as atribuições das Coordenações de Curso são amplamente aprovadas. Todavia, elas não têm conseguido atender as expectativas no que se refere às questões didático-pedagógicas (elaboração e acompanhamento da implantação dos projetos pedagógicos dos cursos, acompanhamento do rendimento acadêmicos dos alunos etc.). Que soluções podem ser propostas para esse problema?
9. Um dos problemas identificados que pode interferir na implantação dos projeto dos cursos é o conflito de atribuições entre departamentos (chefias/conselhos departamentais) e coordenações de cursos (presidência das coordenações/conselhos de curso). São várias as situações em que coordenadores de curso assumem tarefas que são da responsabilidade dos departamentos, tais como o encaminhamento de fichas de oferta de disciplinas, responsabilidade por diferentes laboratórios de ensino, dentre outros. Por outro lado, há departamentos assumindo como sua a tarefa de reformular curricular de cursos específicos, atribuição essa da coordenação do curso. De que forma esses conflitos poderiam ser superados?
10. A UFSCar tem desenvolvido e implementado algumas experiências de avaliação, independentes de determinações de órgãos governamentais, em relação ao ensino de graduação. Por sua vez, a avaliação da pós-graduação tem sido realizada sempre utilizando os critérios definidos pela CAPES. Caso a UFSCar decida desenvolver e implantar processo de avaliação a partir de critérios próprios, quais princípios e diretrizes deveriam norteá-lo?
11. Nos últimos anos os projetos de extensão têm sido ampliados significativamente, o que resulta numa maior integração da Universidade com a comunidade. Como a Instituição poderia avaliar o impacto desses projetos?

12. Com a implementação dos Programas de Extensão criou-se condições para uma atuação de caráter multi e interdisciplinar, não só do ponto de vista de intervenção na realidade, mas também da produção de conhecimentos. Dada a importância de programas dessa natureza, como viabilizar a sustentabilidade deles na UFSCar?
13. A UFSCar tem atualmente uma política de taxas sobre os projetos gerenciados pela FAI/UFSCar. Nela os recursos advindos dessas taxas – praticadas sobre todos os projetos de forma direta ou de forma indireta, quando possível - são utilizados para manutenção da FAI e para compor os recursos próprios da UFSCar. Foi por meio dessas taxas, inclusive, que se criou o Fundo de Equalização das Atividades de Extensão. Como essa política poderia ser aperfeiçoada?
14. Embora haja políticas setoriais com relação à pesquisa, não tem sido devidamente explicitada uma política institucional para ela. Deve a instituição preocupar-se com isso? Quais critérios e parâmetros devem nortear a elaboração de uma política dessa natureza?
15. A partir de uma análise crítica do quadro interno atual, bem como dos problemas e demandas da sociedade, que planejamento a Universidade pode fazer para atuação futura na área de pesquisa?
16. Na atualidade tem sido incentivada pelos órgãos de fomento a criação de redes interdisciplinares para o desenvolvimento de linhas/projetos de pesquisa. Quais ações a Universidade pode estar adotando para a promoção de iniciativas dessa natureza?
17. De que maneira a UFSCar pode interceder junto aos órgãos de fomento à pesquisa de modo que as demais atividades da Universidade sejam igualmente valorizadas?
18. A UFSCar, ao longo de sua história, vem se relacionando com a sociedade de variadas formas e em diferentes âmbitos/áreas. Ao planejar sua atuação futura é importante que ela estabeleça uma política de abertura/consolidação de parcerias, especificando quais os atores (governos local/estadual/federal, empresas públicas/privadas etc.) e os objetivos dessas interações (melhoria da formação dos alunos; produção de conhecimento; atendimento a necessidades sociais não contempladas no mercado de trabalho; forma de obtenção de recursos etc.) a serem contemplados/privilegiados. Caso seja de interesse o estabelecimento dessas parcerias, quais diretrizes devem ser consideradas?
19. Atualmente, a “sociedade da informação” é tema recorrente em discussões nos mais variados fóruns. Quaisquer projeções para o futuro precisam levar em consideração não só as novas tecnologias disponíveis e vindouras, mas também as potenciais novas formas de tratamento e intercâmbio de conhecimento por elas oportunizadas (ou seja, novas maneiras de organizar e disponibilizar o conteúdo) e as conseqüentes transformações nas relações entre indivíduos. Como a UFSCar deve se preparar para essa realidade? Que aspectos prioritários devem ser considerados em uma política de informação para a Universidade?
20. A modernização e informatização da universidade pode ocorrer sob diferentes aspectos: ampliação e racionalização do intercâmbio e disponibilização de dados administrativos; apoio às atividades de ensino; disseminação e intercâmbio do conhecimento produzido; trabalho em rede etc. Que ações podem ser planejadas nesses ou em outros campos específicos? Como coordenar e integrar tais ações?
21. A informação, sob os mais diversos aspectos, é um apoio fundamental a todas as atividades na Universidade. Como exemplo, podemos citar que o acesso a dados como opções de

financiamento, oportunidades de capacitação ou possibilidade de publicações poderia aumentar e qualificar ainda mais o desempenho da instituição. Seria adequado e interessante que a UFSCar contasse com algum mecanismo de captação, seleção e direcionamento de informações, visando o apoio às atividades de todas as categorias da comunidade universitária? Se sim, como estabelecer critérios para essa seleção? Como identificar grupos de usuários (públicos específicos)?